

na trilha de



UM FUTURO
tranquilo

RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES AOS
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

2017



na trilha de



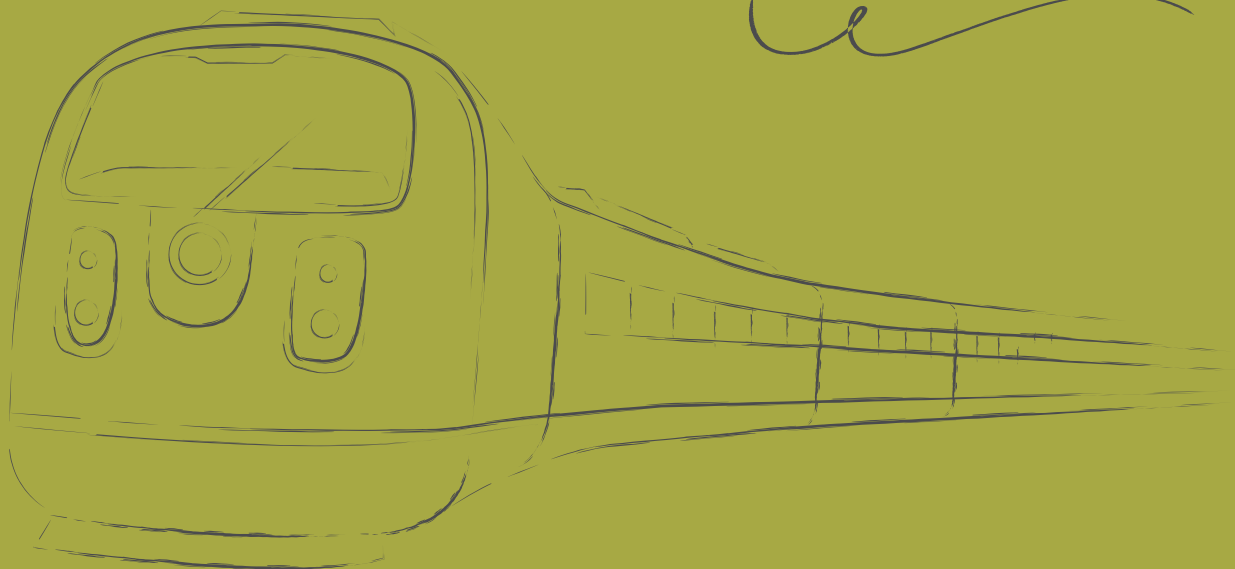
UM FUTURO
tranquilo

RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES AOS
PARTICIPANTES E ASSISTIDOS **2017**



A VIDA É UMA VIAGEM E VOCÊ É O PRINCIPAL PASSAGEIRO!

☀
As nossas atitudes são decisivas para que
nossa viagem seja segura e bem sucedida!
Cada passo dado tem um reflexo importante e por isso
precisamos seguir firmes nos nossos propósitos.
Que nossa viagem seja uma aventura repleta de
alegria, união e amor.
Que da janela consigamos ver belas paisagens:
boas sementes lançadas, plantas crescendo,
flores desabrochando e frutos doces e maduros.
Que nossa bagagem seja repleta de
bons sonhos e decisões acertadas.
Que sempre lembremos dos nossos amigos
de viagem e daqueles que nos ajudam
no decorrer de cada fase.
E que, ao terminar a primeira etapa da nossa viagem,
estejamos bem tranquilos e com muita segurança
para usufruir das etapas que surgirão,
juntamente com as pessoas que mais amamos.
Novas viagens e novos sonhos, pois tivemos o cuidado de
construir um futuro com segurança a partir de
atitudes certas no presente.
Bem-vindo(a) a uma aposentadoria feliz!
A REGIUS leva seus Planos sempre ao rumo certo!
Vamos juntos nesta viagem!



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	18
QUADRO 2 – PATRIMÔNIO DE COBERTURA/PROVISÕES MATEMÁTICAS	18
QUADRO 3 – QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR PLANO	24
QUADRO 4 – VARIAÇÃO DA QUANTIDADE DE PARTICIPANTES 2016/2017	25
QUADRO 5 – PREMISSAS ATUARIAIS – BD-01	29
QUADRO 6 – PREMISSAS ATUARIAIS – CV-03	30
QUADRO 7 – RESULTADO ATUARIAL – PLANO BD-01	31
QUADRO 8 – RESULTADO ATUARIAL – PLANO CD-02	32
QUADRO 9 – RESULTADO ATUARIAL – PLANO CV-03	33
QUADRO 10 – RESULTADO ATUARIAL – PLANO CD-METRÔ-DF	34
QUADRO 11 – RESULTADO ATUARIAL – PLANO CD-05	35
QUADRO 12 – RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	43
QUADRO 13 – RENTABILIDADE EM DEZEMBRO DE 2017	44
QUADRO 14 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO BD-01 – DEZEMBRO/2017	46
QUADRO 15 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO CD-02 – DEZEMBRO/2017	46
QUADRO 16 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO CV-03 – DEZEMBRO/2017	47
QUADRO 17 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO CD-METRÔ-DF – DEZEMBRO/2017	48
QUADRO 18 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO CD-05 – DEZEMBRO/2017	48
QUADRO 19 – DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PGA – DEZEMBRO/2017	49
QUADRO 20 – DESPESA COM A GESTÃO PREVIDENCIAL	52
QUADRO 21 – DESPESA COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS	52
QUADRO 22 – DESPESA COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA	53
QUADRO 23 – ORÇADO X REALIZADO 2017	53
QUADRO 24 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2017	55
QUADRO 25 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	56
QUADRO 26 – EVOLUÇÃO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO	56

QUADRO 27 – BALANÇO PATRIMONIAL 2017	59
QUADRO 28 – DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS	59
QUADRO 29 – DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL – PLANO BD-01	60
QUADRO 30 – DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL – PLANO CD-02	61
QUADRO 31 – DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL – PLANO CV-03	62
QUADRO 32 – DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL – PLANO CD-METRÔ-DF	63
QUADRO 33 – DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL – PLANO CD-05	64
QUADRO 34 – DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO BD-01	65
QUADRO 35 – DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO CD-02	65
QUADRO 36 – DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO CV-03	66
QUADRO 37 – DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO CD-METRÔ-DF	66
QUADRO 38 – DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL – PLANO CD-05	67
QUADRO 39 – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – CONSOLIDADO	68
QUADRO 40 – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – CONSOLIDADO	68
QUADRO 41 – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – PLANO CD-02	70
QUADRO 42 – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – PLANO CV-03	71
QUADRO 43 – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – PLANO CD-METRÔ-DF	72
QUADRO 44 – DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA – PLANO CD-05	73
QUADRO 45 – DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT – PLANO BD-01	74
QUADRO 46 – DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT – PLANO CD-02	75
QUADRO 47 – DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT – PLANO CV-03	75
QUADRO 48 – DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT – PLANO CD-METRÔ-DF	76
QUADRO 49 – DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPT – PLANO CD-05	76

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** – PENSAMENTO ESTRATÉGICO 14
- FIGURA 2** – COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS 15
- FIGURA 3** – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 16

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – PERCENTUAL DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA/PLANO 10
- GRÁFICO 2** – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA – AÇÕES 17
- GRÁFICO 3** – ÍNDICE DE EFICÁCIA – METAS 17
- GRÁFICO 4** – MATURIDADE DO PLANO 20
- GRÁFICO 5** – SOLVÊNCIA – CAPACIDADE DE COBERTURA 21
- GRÁFICO 6** – DESEMPENHO DOS PLANOS 21
- GRÁFICO 7** – CUSTO ADMINISTRATIVO – VARIAÇÃO ENTRE 2016 E 2017 22
- GRÁFICO 8** – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ORÇADO/REALIZADO 22
- GRÁFICO 9** – RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIAIS – PLANO BD-01 27
- GRÁFICO 10** – RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIAIS – PLANO CD-02 27
- GRÁFICO 11** – RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIAIS – PLANO CV-03 28
- GRÁFICO 12** – RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIAIS – PLANO CD-METRÔ-DF 28
- GRÁFICO 13** – RECEITAS/DESPESAS PREVIDENCIAIS – PLANO CD-05 28
- GRÁFICO 14** – RETORNO DOS INVESTIMENTOS NO ANO – PLANO BD-01 39
- GRÁFICO 15** – RETORNO DOS INVESTIMENTOS NO ANO – PLANO CD-02 40
- GRÁFICO 16** – RETORNO DOS INVESTIMENTOS NO ANO – PLANO CV-03 40
- GRÁFICO 17** – RETORNO DOS INVESTIMENTOS NO ANO – PLANO CD-METRÔ-DF 41
- GRÁFICO 18** – ORÇADO X REALIZADO 2017 54

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO 08

2 – INTRODUÇÃO 09

3 – GOVERNANÇA – *Trilho* 13

- 3.1 – PENSAMENTO ESTRATÉGICO 14
- 3.2 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 15
- 3.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 16
- 3.4 – INDICADORES DE GESTÃO – 2017 17

4 – PERFIL CORPORATIVO – *Locomotiva* 23

- 4.1 – A ENTIDADE 24
- 4.2 – PATROCINADORAS DOS PLANOS ADMINISTRADOS 24
- 4.3 – PARTICIPANTES 24

5 – GESTÃO PREVIDENCIAL – *Percurso* 26

- 5.1 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS NO ANO 27
- 5.2 – ADERÊNCIA DAS PREMISSAS ATUARIAIS 29
- 5.3 – PARÂMETROS ATUARIAIS 29
- 5.4 – RESULTADO ATUARIAL 31
- 5.5 – DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS 36

6 – GESTÃO DOS INVESTIMENTOS – *Condução* 37

- 6.1 – ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS 39
- 6.2 – QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 42
- 6.3 – RENTABILIDADE – DEZEMBRO/2017 43
- 6.4 – DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS – DEZEMBRO/2017 45

7 – GESTÃO ADMINISTRATIVA – *Vagões* 50

- 7.1 – CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS 52

8 – GESTÃO CONTÁBIL E DE CONTROLE – *Bagagem* 57

- 8.1 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL 59

9 – PARECERES E MANIFESTAÇÕES – *Paisagem* 78

1 – APRESENTAÇÃO

Em 2017 nos motivamos a cada dia para cumprir a missão de administrar com eficácia os Planos e assegurar o pagamento dos benefícios, visando a proteção social dos Participantes e seus Beneficiários. Cuidamos para a manutenção do equilíbrio dos Planos de Benefícios administrados e por uma gestão cuidadosa e responsável dos recursos garantidores. Os bons resultados podem ser confirmados no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos de 2017!

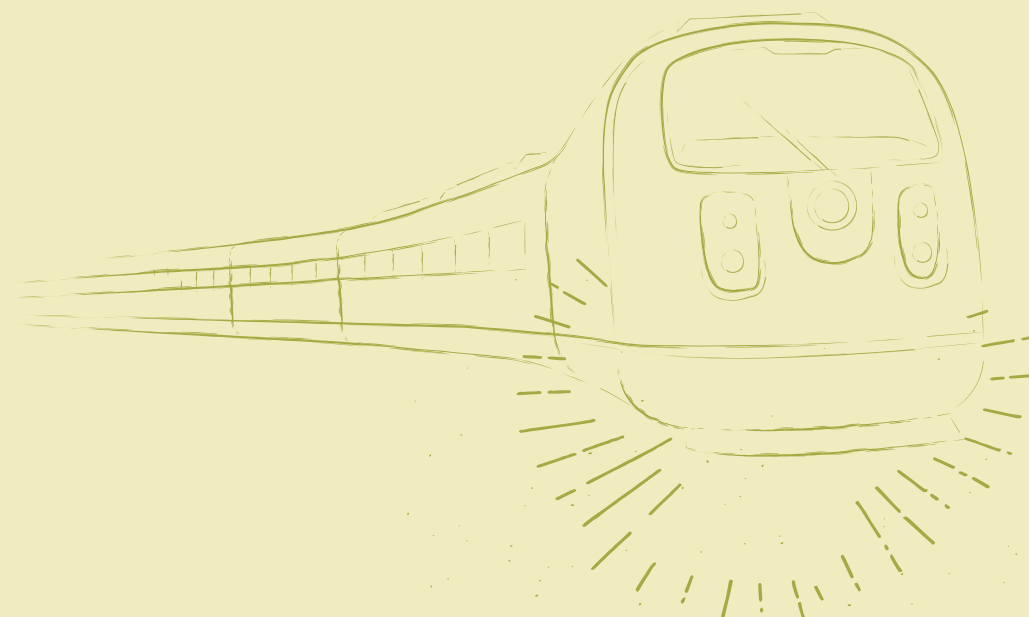
A prestação de contas é um dos pilares da governança corporativa e é com satisfação que apresentamos neste relatório as principais atividades desenvolvidas em 2017 e os resultados alcançados na gestão dos Planos de Benefícios. Muitos desafios superados e bons resultados colhidos.

O Relatório Anual é uma publicação obrigatória a ser divulgada aos Participantes e Assistidos e contém informações referentes à situação econômica, financeira e atuarial dos Planos de Benefícios e da gestão administrativa dos Planos. Os parâmetros para elaboração e divulgação do relatório estão especificados na Instrução MPS/PREVIC nº 22, de 15/04/2015, e tem como referência a Instrução Previc nº 21, de 23/03/2015, que define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis.

O resultado de 2017 apontou um patrimônio total administrado de 2,3 bilhões de reais, distribuídos entre os cinco Planos de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa, cujos recursos foram aplicados no mercado financeiro, a partir das diretrizes e parâmetros estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos. Em obediência à legislação de regência, a contabilidade de cada plano é feita separadamente e os demonstrativos contábeis serão apresentados adiante, evidenciando a situação financeiro-atuarial dos Planos.

Merece destaque o papel dos Participantes e Assistidos como forte ente da governança da REGIUS na medida em que conhecem os resultados, discutem os rumos e participam da gestão com sugestões e críticas ou por meio de seus representantes nos órgãos estatutários da Entidade.

Aproveite esta oportunidade para viajar conosco na construção de Planos saudáveis e economicamente viáveis, que garantam a segurança que você e sua família merecem!



2 – INTRODUÇÃO

A decisão de aderir a um plano de previdência é muito importante para todo o trabalhador que pensa em construir um futuro com mais segurança para si e para sua família, contando com a ajuda de seu empregador. Infelizmente no Brasil, poucos brasileiros podem contar com a proteção da Previdência Complementar.

Em 2017, a REGIUS completou 32 anos de existência e apresentou grandes números:

- Patrimônio total administrado: mais de 2,3 bilhões de reais;
- Seis planos administrados e 6 patrocinadoras;
- Mais de 5.000 participantes e 12.000 beneficiários – dependentes dos participantes;
- Índice de adesão aos Planos de Benefícios: 80% dos empregados das Patrocinadoras;
- É a 57ª Entidade de Previdência Complementar no ranking da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

O foco da governança da REGIUS se pautou na sustentabilidade dos Planos de Benefícios, na transparência, prestação de contas, na melhoria dos padrões de segurança e no fortalecimento da relação com participantes e patrocinadores. Assim, colhemos bons resultados em 2017 e destacamos como principais conquistas:

Foco – Participante

- **Aprimorar o atendimento ao Participante** – O atendimento ao participante com presteza e tempestividade é a prioridade da REGIUS. Nossas estatísticas mostram isto: 2965 e-mails respondidos; 465 atendimentos presenciais; 2.780 atendimentos telefônicos; 90 encaminhamentos de pedidos junto ao INSS, sendo 69 de aposentadorias e 21 referente a outros pedidos. **O participante é a razão de ser da REGIUS!**



- **Implantação da terceira fase do REGIUS Mobile** – com o recadastramento automático. Assim, além de acompanhar o crescimento de suas contribuições, simular benefícios e empréstimos, contratar empréstimos, os participantes passaram a atualizar seus dados cadastrais pelo mobile, de forma simples e segura. **Tudo o que interessa, na palma da mão!**

- **Implantação do novo Portal** – com um único *login* no Portal do Participante é possível acessar todas as informações importantes e fazer simulações, consultar reservas, contratar empréstimos e se recadastrar. **Tudo mais simples e prático!**



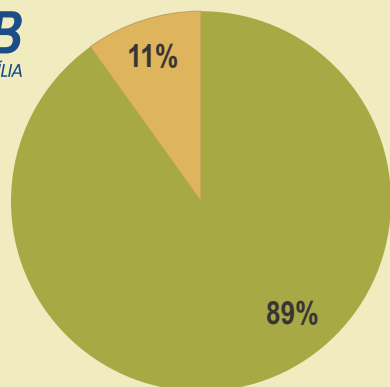
- **Melhoria na comunicação** – com o objetivo de levar uma comunicação mais efetiva aos participantes, no decorrer de 2017 foram publicadas 11 edições do REGIUS Informa; 20 Informativos Previdenciários e 12 REGIUS em Números. **Foco na prestação de contas e clareza na informação!**



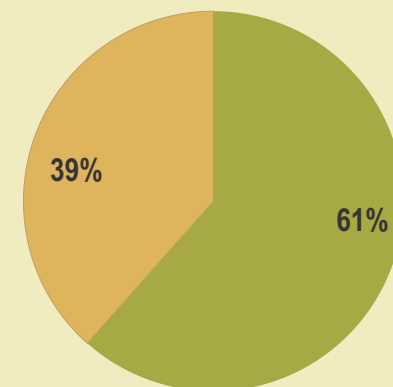
- **Realização de pesquisa de satisfação** – Foi elaborada uma pesquisa para avaliar a satisfação do participante com o novo Portal e REGIUS Mobile – 151 participantes responderam à pesquisa e apresentaram sugestões importantes. **O objetivo é melhorar sempre e atender às necessidades de nossos participantes!**

Foco – Previdência

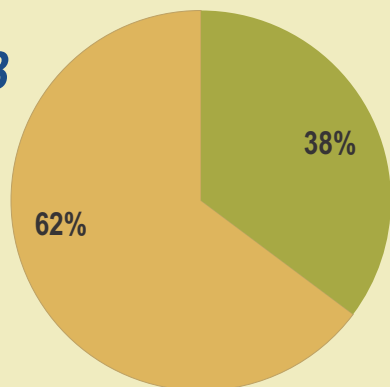
- **Aprovação do Plano CD-05 e a conquista de uma nova Patrocinadora** – O Plano CD-05 foi aprovado pela PREVIC em fevereiro/17. A primeira patrocinadora a aderir ao Plano CD-05 foi a Saúde BRB. Também aderiram ao Plano CD-05, a BRB CARD, a Corretora Seguros BRB, o BRB – Banco de Brasília e a própria REGIUS. No final de 2017, o plano já contava com a adesão de 170 participantes e patrimônio de mais de 840 mil reais. **Um bom começo!**
- **Crescimento no número de participantes** – A população de participantes vinculados aos Planos de Benefícios cresceu 3,3% em 2017, com isso atingimos um nível de cobertura previdencial de 80%. Sabemos que a nossa missão é **atingir 100%** de adesão, para que todos os empregados das Empresas Patrocinadoras possam contar com o benefício da Previdência Complementar – **Só aí a nossa missão estará concluída!**



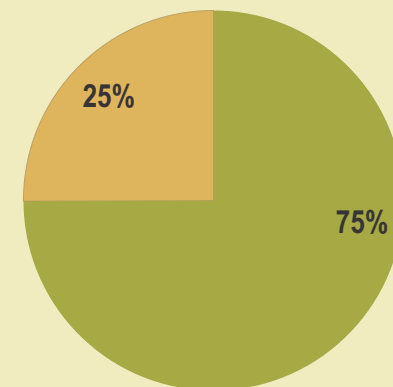
■ Participantes ■ Não-Participantes



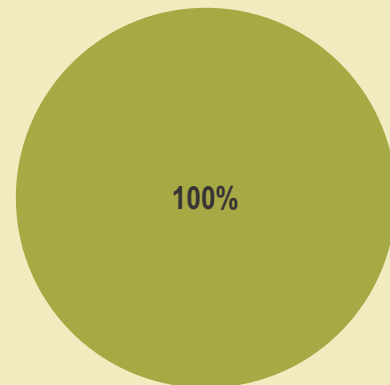
■ Participantes ■ Não-Participantes



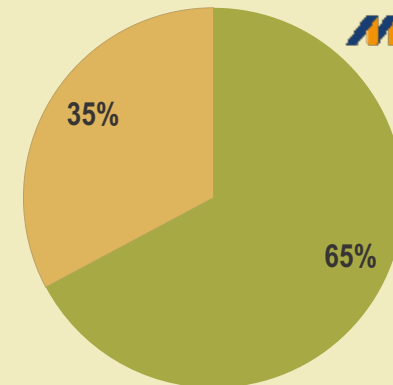
■ Participantes ■ Não-Participantes



■ Participantes ■ Não-Participantes



■ Participantes ■ Não-Participantes



■ Participantes ■ Não-Participantes

GRÁFICO 1 – Percentual de Participantes por Patrocinadora/Plano

- **Aumento na arrecadação de contribuições** – evidenciou-se aumento de 7% na arrecadação de contribuições aos planos de benefícios, saltando de 110,8 para 118,3 milhões, reflexo do aumento do número de adesões e do esforço de poupança previdenciária dos participantes e consequentemente dos patrocinadores na garantia de um benefício previdenciário melhor no futuro. **Atitudes conscientes no presente para garantir um futuro mais tranquilo!**
- **Ações de Educação Previdenciária** – Muitas ações de educação previdenciária foram implementadas em 2017. Foram feitas visitas a 47 unidades das Patrocinadoras; realizados dois eventos de Prestação de Contas; 02 encontros com Representantes e uma reunião em comemoração ao Dia do Aposentado, além de duas campanhas de esclarecimento das regras dos Planos de Benefícios – Você Sabia e A Escolha Certa. Ao todo, registramos a presença de mais de 1.200 participantes nos eventos disponibilizado em 2017. **Motivo de alegria para toda a equipe da REGIUS!**



Foco – Investimentos

- **Ações de investimentos fundamentadas nos estudos de ALM* e nos parâmetros das Políticas de Investimentos** – as medidas adotadas na gestão de investimentos obtiveram bons resultados e todos os planos auferiram, pelo segundo ano consecutivo, rentabilidade acima das metas estabelecidas nas respectivas políticas de investimentos. Evidencia-se também que as carteiras apresentaram nível de risco ajustado. **Planos saudáveis, esta é a meta!**

Foco – Controles

- **Monitoração dos riscos mais relevantes** – a partir dos registros na matriz de riscos e controles, o Comitê de Riscos da REGIUS selecionou os 28 riscos de maior relevância, considerando os aspectos de frequência e impacto. Foram feitas verificações in loco para avaliação dos controles e ao final foi emitido relatório circunstanciado com o estabelecimento de ações de melhoria. **O desenvolvimento deste trabalho trouxe maior robustez à atuação do Comitê de Riscos da Entidade.**

Foco – Colaboradores

- **Plano de Gestão de Pessoas** – Foram implementadas ações para o desenvolvimento e formação dos profissionais da REGIUS e dos membros dos órgãos estatutários. Em 2017 foram realizados 42 treinamentos e 03 encontros com colaboradores para nivelar conhecimento e ampliar a visão sistêmica. **Equipe tecnicamente preparada e feliz. Esse é o foco!**



GEPRE



COOAD E SECEX



GEINV E GEJUR



COOTI E CPLAC

Foco – Governança

- **Certificação de membros dos órgãos estatutários e membros do Comitê de Investimentos** – Com foco na certificação dos membros dos Órgãos Estatutários da REGIUS e dos membros do Comitê de Investimentos foram desenvolvidas várias ações. No final de 2017, obtivemos o seguinte resultado: 92 % dos membros dos órgãos estatutários (Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva), dos membros do Comitê de Investimentos e dos técnicos da área de investimentos estavam certificados. A REGIUS segue firme na meta de certificação de 100% das pessoas envolvidas no processo de investimentos.
- **Treinamento de conselheiros** – Considerando a renovação de metade dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal foi realizado o Encontro Anual dos Órgãos Estatutários e realizados dois treinamentos, além da participação de quatro pessoas no Congresso Anual da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada.



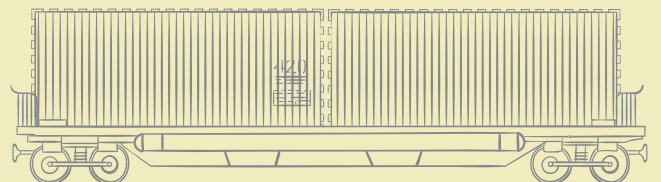
O Relatório Anual de Informação de 2017, contendo os atos e os resultados da gestão da REGIUS, mais do que cumprir uma exigência legal, ratifica o nosso compromisso com o participante, no sentido de administrar os Planos pautados pela ética, responsabilidade e transparência com foco na sustentabilidade dos Planos administrados.

3. GOVERNANÇA

Trilho

Os trilhos são estruturas de ferro e madeira que servem para guiar as rodas do trem, mantendo-o no prumo.

A REGIUS SEGUE OS MAIS EFICIENTES PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA MANTER A ENTIDADE NOS TRILHOS, NO RUMO CERTO.





3.1 – PENSAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Administrar planos de previdência complementar e assegurar o pagamento dos benefícios, visando a proteção social dos Participantes e seus Beneficiários.

VISÃO

Ser reconhecida como uma entidade de previdência complementar com alto padrão de segurança econômico-financeira e atuarial.

VALORES

Nosso compromisso com o participante se traduz na SUSTENTABILIDADE DOS PLANOS administrados, fundamentado na EFICÁCIA DA GESTÃO, RESPONSABILIDADE CORPORATIVA, TRANSPARÊNCIA e CONFIABILIDADE.

POSTURA ESTRATÉGICA

CRESCIMENTO – Fortalecimento da REGIUS como entidade multipatrocinada, potencializando os pontos fortes na gestão de planos previdenciários.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Prover o equilíbrio dos planos administrados frente aos compromissos previdenciários;
- Melhorar a eficácia na gestão da REGIUS;
- Ampliar o nível de qualificação técnica de dirigentes e colaboradores da Entidade;
- Aumentar o número de patrocinadores/Instituidores;
- Aumentar o número de participantes dos planos administrados e o percentual médio das contribuições;
- Aumentar o nível de satisfação dos Participantes com relação aos serviços prestados pela REGIUS.

FIGURA 1 – Pensamento Estratégico

3.2 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da REGIUS, em conformidade com a legislação vigente, está definida por:

Conselho Deliberativo – Mandato de 4 Anos – Uma Recondução

- 3 (três) membros efetivos dentre Participantes Ativos e Assistidos e igual número de suplentes escolhidos em eleição direta pelos Participantes Ativos e Assistidos;
- 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes designados pelas Patrocinadoras ou Instituidoras dentre seus empregados, Participantes Ativos dos Planos de Benefícios administrados pela REGIUS.

A presidência do Conselho Deliberativo caberá a um dos membros indicados pela Patrocinadora-Fundadora, por eles escolhido.

Conselho Fiscal – Mandato de 4 Anos – Sem Recondução

- 2 (dois) membros efetivos e igual número de suplentes designados por Patrocinadoras e Instituidoras, dentre seus empregados.
- 2 (dois) membros efetivos e igual número de suplentes escolhidos em eleição direta pelos Participantes Ativos e Assistidos.

A presidência do Conselho Fiscal caberá a um dos membros eleitos, escolhido por estes.

Diretoria Executiva – Mandato de 4 Anos – Uma Recondução

- **Diretor-Presidente** – nomeado pelo Conselho Deliberativo
- **Diretor Financeiro** – nomeado pelo Conselho Deliberativo
- **Diretor de Benefício e Administração** – eleito dentre os Participantes Ativos e Assistidos
- **Diretor de Planejamento e Controle** – eleito dentre os Participantes Ativos e Assistidos

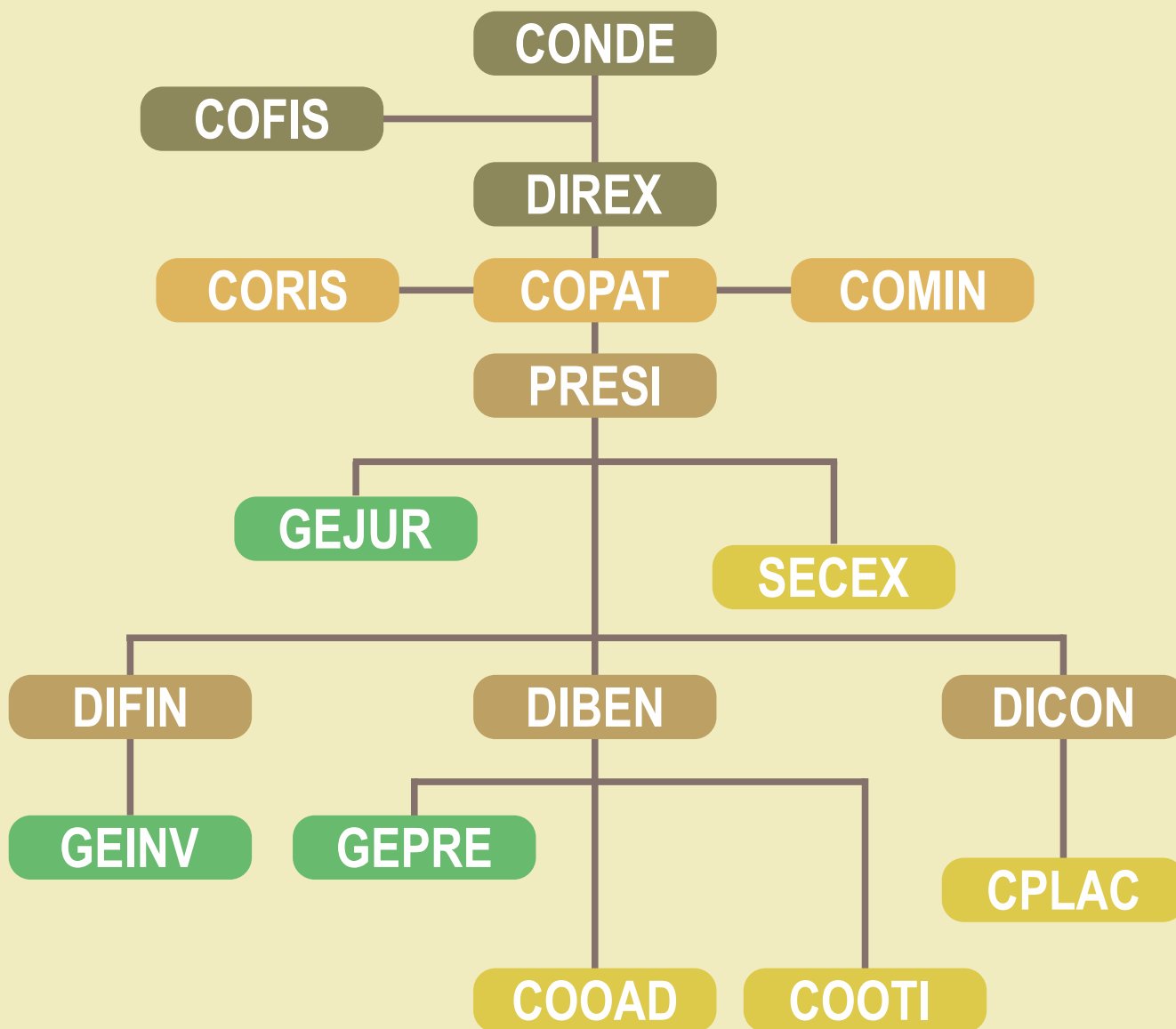
Os Órgãos Estatutários contam com o apoio do Comitê de Investimento – COMIN, do Comitê de Patrocinadoras – COPAT e do Comitê de Gestão de Riscos – CORIS, sendo os dois primeiros compostos por membros indicados pelas Patrocinadoras dos planos administrados pela Entidade e o último por técnicos da REGIUS, sob coordenação do titular da Diretoria de Planejamento e Controle.

Composição Atual dos Órgãos Estatutários

CONSELHO DELIBERATIVO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Romes Gonçalves Ribeiro – Presidente Carlos Cesar Borges Jânio Deodoro Bragança de Vasconcelos Ozires Leal Barbosa Nilza Rodrigues de Morais Wendell Feitosa Castro	Juscelino Fernandes de Sá Elaine da Rocha Silva e Lima Sirlene das Dores Evangelista Carlos Alberto Leite Rejane Mendes Meireles
CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Ricardo José Duarte Rodrigues – Presidente Dulce de Matos Carpaneaz Elcio Flávio Braga Shirley Fonseca Silva	Eriel Strieder Carlos Randolpho Campos Alex Augusto Flores Haidar Hélio Goiás de Sá
DIRETORIA EXECUTIVA	
Semíramis Rezende e Silva Magalhães Cezar – Diretora-Presidente Giovanni de Almeida Carvalho – Diretor Financeiro Sandro Soares de Souza – Diretor de Benefícios e Administração Valdeci Carneiro da Silva – Diretor de Planejamento e Controle	

FIGURA 2 – Composição dos Órgãos Estatutários

3.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



CONDE – Conselho Deliberativo

COFIS – Conselho Fiscal

DIREX – Diretoria Executiva

CORIS – Comitê de Risco

COMIN – Comitê de Investimentos

COPAT – Comitê de Patrocinadoras

PRESI – Presidência

GEJUR – Gerência Jurídica

SECEX – Secretaria Executiva

DIFIN – Diretoria Financeira

GEINV – Gerência de Investimentos

DIBEN – Diretoria de Benefícios e Administração

GEPRE – Gerência de Previdência e Relacionamento

COOAD – Coordenadoria de Administração

COOTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DICON – Diretoria de Planejamento e Controle

CPLAC – Coordenadoria de Planejamento e Controle

FIGURA 3 – Estrutura Organizacional

3.4 – INDICADORES DE GESTÃO – 2017

Ações do Planejamento Estratégico

O gráfico a seguir demonstra a quantidade de ações cumpridas do Planejamento Estratégico. Em 2017, o índice de Eficiência da REGIUS foi de 87,5%, pois foram cumpridas 21 ações, das 24 previstas no Planejamento Estratégico.

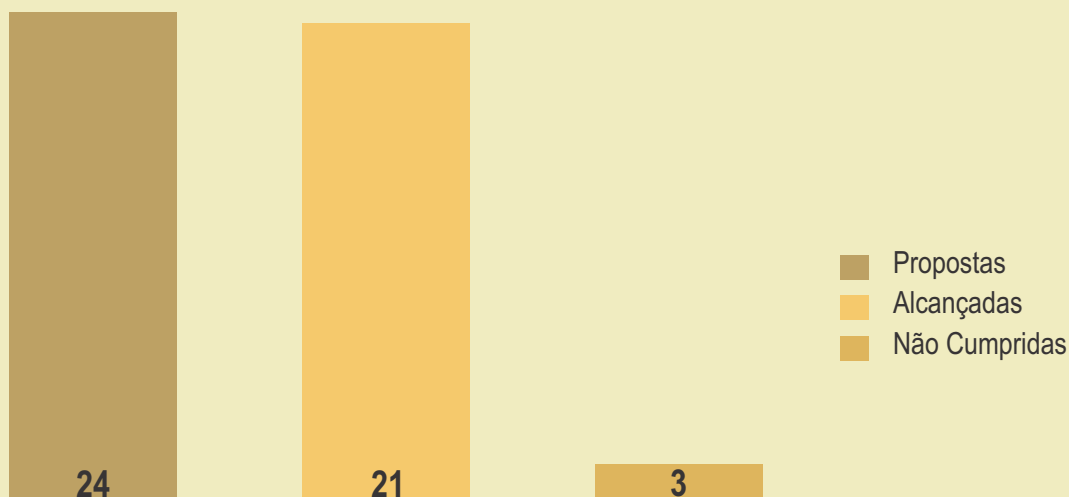


GRÁFICO 2 – Índice de Eficiência – Ações

O próximo gráfico demonstra o Índice de Eficácia – quantidade de metas alcançadas no Planejamento Estratégico. Em 2017, o Índice de Eficácia da REGIUS foi de 64,3%, considerando que das 14 metas propostas 9 foram alcançadas.

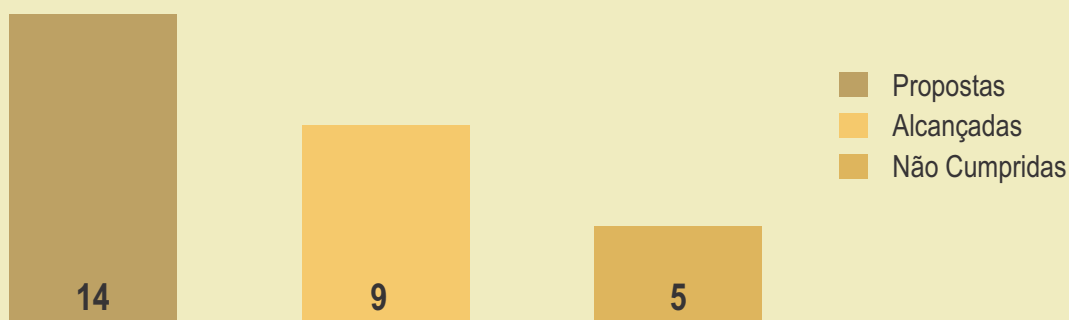


GRÁFICO 3 – Índice de Eficácia – Metas

Resultado do Planejamento Estratégico 2017

DIRETRIZ – RESULTADO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 – Prover o equilíbrio dos planos administrados frente aos compromissos previdenciários.

Meta 1 – Rentabilizar os ativos dos planos administrados acima da meta estabelecida nas respectivas Políticas de Investimentos. (Rentabilidade/meta da política).

Ação 1 – Apresentar semestralmente estudo técnico da carteira imobiliária, com proposições para a melhoria da performance do Plano BD-01 – GEINV – **Ação realizada**

Ação 2 – Apresentar semestralmente estudo de avaliação das carteiras de renda variável e de renda fixa dos Planos administrados ao CONDE – GEINV – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

PLANO	META/REFERENCIAL	RENTABILIDADE	DESEMPENHO
BD-01	8,57%	10,20%	119%
CD-02	7,43%	8,91%	120%
CV-03	7,43%	10,56%	142%
CD-Metrô-DF	7,43%	9,05%	122%
CD-05	5,26%*	6,41%*	122%
PGA	7,43%	9,32%	125%

Plano BD-01 – rentabilidade de 10,20%, ante a meta de 8,57% – 19% acima da meta

Plano CD-02 – rentabilidade de 8,91%, ante a meta de 7,43% – 20% acima da meta

Plano CV-03 – rentabilidade de 10,56% ante a meta de 7,43% – 42% acima da meta

Plano CD-Metrô-DF – rentabilidade de 9,05% ante a meta de 7,43% – 22% acima da meta

Plano CD-05 – rentabilidade de 6,41% ante a meta de 5,26* – 22% acima da meta.*Proporcional a 9 meses.

PGA – rentabilidade de 9,32% ante a meta de 7,43% – 25% acima da meta

QUADRO 1 – Rentabilidade dos Planos de Benefícios

Meta 2 – Equilíbrio técnico dos planos BD-01 e CV-03 (Patrimônio de cobertura/ Provisões Matemáticas).

Ação 3 – Realizar teste de aderência das premissas atuariais e financeiras utilizadas nos cálculos das reservas dos Planos BD-01 e CV-03 – GEPRE – **Ação realizada**

Ação 4 – Realizar auditoria atuarial nos Planos BD-01 e CV-03 – GEPRE – **Ação realizada**

Ação 5 – Encaminhar trimestralmente a base de dados para avaliação atuarial dos Planos BD e CV, e acompanhar o crescimento das reservas matemáticas dos Planos – GEPRE – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

PLANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA	RESERVA MATEMÁTICA	SUPERAVIT/DEFICIT
BD-01	1.926.511.394	1.846.181.233	80.330.161
CV-03	239.848.659	237.912.046	1.936.613

QUADRO 2 – Patrimônio de Cobertura/Provisões Matemáticas

Os Planos de Benefícios na modalidade de Contribuição Definida (CD) não apresentam *supervit* ou *deficit*, pois todos os benefícios são pagos em prazos determinados e são calculados com base no saldo de cotas do Participante.

DIRETRIZ – PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 – Melhorar a eficácia na gestão da REGIUS.

Meta 3 – Aderir ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos.

Ação 6 – Cumprir os requisitos para adesão ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos – DIFIN – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

Meta 4 – 100% dos riscos identificados no Manual de Controles Internos monitorados. (Riscos monitorados / Riscos identificados como de maior relevância).

Ação 7 – Apresentar ao CONDE e ao COFIS relatório de monitoramento dos pontos de controle para os processos de maior relevância, com base no Manual de Controles Internos – CPLAC – **Ação realizada**

Ação 8 – Realizar verificações de conformidade in loco para os riscos identificados como de maior relevância – DICON – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

Meta 5 – 100% das atividades de relacionamento e crescimentos realizadas.

Ação 9 – Realizar Programa de conscientização dos empregados sobre visão sistêmica dos processos internos e o uso dos recursos disponíveis, nos termos do Plano de Gestão de Pessoas – DIBEN – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

Meta 6 – 100% das ações de melhoria tecnológicas planejadas no exercício implementadas. (Ações realizadas / ações previstas no plano).

Ação 10 – Realizar e implementar as ações previstas no PDTI para 2017 – COOTI – **Ação realizada**

Ação 11 – Identificar e avaliar o custo benefício da automatização de processos operacionais ainda manuais – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

DIRETRIZ – APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 – Ampliar o nível de qualificação técnica de dirigentes e colaboradores da Entidade.

Meta 7 – Certificação de 100% das pessoas envolvidas no processo de investimentos pelo ICSS, ANBIMA ou outra entidade especializada. (Pessoas envolvidas no processo de investimentos/ pessoas certificadas).

Ação 12 – Acompanhar permanentemente o nível de certificação e propiciar ações que viabilizem o atingimento de 100% de certificação das pessoas envolvidas no processo de investir. – SECEX – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta não alcançada

Meta 8 – 90% das ações previstas no Plano de Gestão de Pessoas realizadas. (Ações e treinamentos estabelecidos / Ações e treinamentos realizados).

Ação 13 – Realizar ações de treinamento, desenvolvimento, motivacionais e de incentivos previstas no Plano de Gestão de Pessoas que resultem na qualificação técnica de dirigentes e colaboradores – COOAD – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

Meta 9 – 100% das etapas do processo de preparação para a avaliação de desempenho realizadas (etapas previstas / etapas realizadas)

Ação 14 – Realizar treinamento de Avaliação de Desempenho e Feedback em 3 (três) módulos e identificar os modelos mais ajustados à Regius, com vistas à sua implementação em 2018 – COOAD – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

DIRETRIZ – CLIENTES

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 – Aumentar o número de Patrocinadoras.

Meta 10 – Convênio com pelo menos um novo patrocinador ou instituidor. (Número de novos convênios firmados no exercício).

Ação 15 – Prospectar novos patrocinadores ou instituidores e firmar convênio com pelo menos um novo patrocinador – DIBEN – **Ação realizada**.

Ação 16 – Estruturar Plano Instituído – GEJUR – **Ação realizada**.

RESULTADO – Meta não alcançada

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 – Aumentar o número de participantes dos planos administrados e o percentual médio das contribuições.

Meta 11 – Aumento de 15% do total de participantes dos planos de benefícios abertos. (Número de participantes em dez/2017 / número de participantes dez/2016).

Ação 17 – Implementar campanha de adesão para empregados das patrocinadoras que ainda não participam dos planos de benefícios administrados pela Regius – GEPRE – **Ação realizada**

Ação 18 – Implementar campanha de divulgação das regras dos planos de benefícios e das vantagens de manter-se filiados aos planos – GEPRE – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta não alcançada

Meta 12 – Aumento de 5% no nível de contribuição para os Planos CV-03, CD-02, CD-Metrô-DF e CD-05. (Percentual médio das contribuições em dez/17 / Percentual médio das contribuições em dez/2016).

Ação 19 – Implementar campanha para aumento do nível de contribuição no decorrer do exercício de maneira automatizada - GEPRE – **Ação realizada**

Ação 20 – Implementar estudos que visem melhoria nas contribuições para os Planos abertos – DIBEN – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta alcançada

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6 – Aumentar o nível de satisfação dos participantes com relação aos serviços prestados pela REGIUS.

Meta 13 – Avaliação satisfatória de 80% dos participantes entrevistados em pesquisa. (Quantidade de avaliação satisfatória / quantidade de entrevistas respondidas).

Ação 21 – Implementar melhorias no processo de atendimento ao participante, automatizando pedidos e requerimentos – GEPRE – **Ação realizada**

Ação 22 – Implementar campanha que estimule a utilização das ferramentas disponibilizadas no REGIUS *Mobile* e site da Regius – DIBEN – **Ação realizada**

Ação 23 – Implementar pesquisa para medir a quantidade de participantes que utilizam as ferramentas disponibilizadas no REGIUS *Mobile* e no *site* da REGIUS e o grau de satisfação com estas novas ferramentas – SECEX – **Ação realizada**

RESULTADO – Meta não alcançada

Meta 14 – Realizar 100% das ações previstas no Programa de Educação Previdenciária.

Ação 24 – Implementar ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária em consonância com as patrocinadoras e que viabilizem a obtenção do Selo ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira – **Ação realizada em parte**

RESULTADO – Meta não alcançada

Indicadores de Gestão em 2017

Para avaliar os resultados alcançados no exercício de 2017, demonstramos a seguir os principais indicadores de Gestão da REGIUS:

INDICADOR 1 – Maturidade do Plano

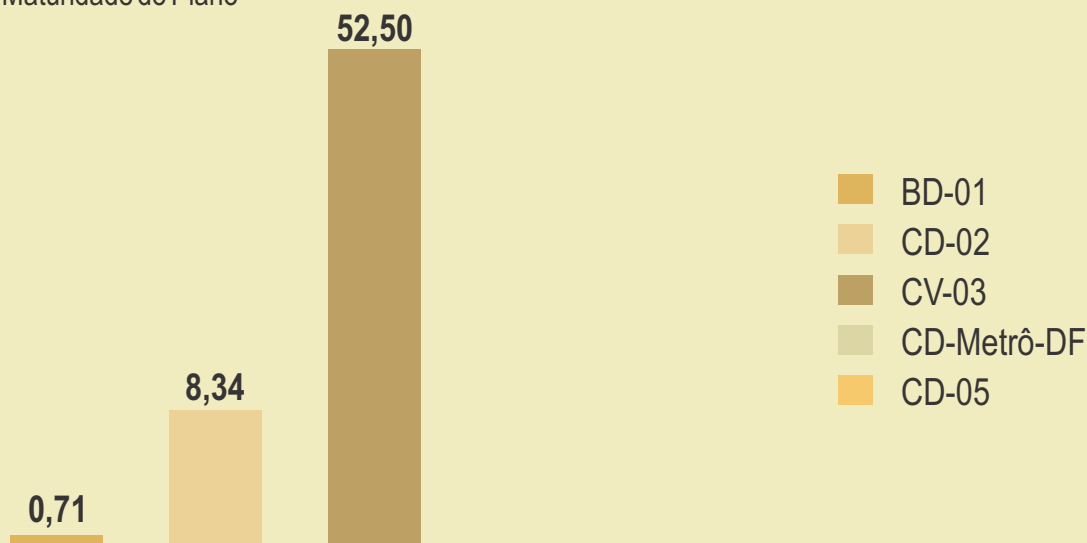


GRÁFICO 4 – Maturidade do Plano

Maturidade do Plano – Reserva de Benefícios a Conceder / Reserva de Benefícios Concedidos (Se o indicador for maior que 1, então o plano possui mais valores em reservas de ativos em relação Assistidos. Menor que 1, mais maduro o Plano. Somente o Plano BD-01 demonstra ser um Plano maduro.

INDICADOR 2 – Solvência – Grau de Comprometimento

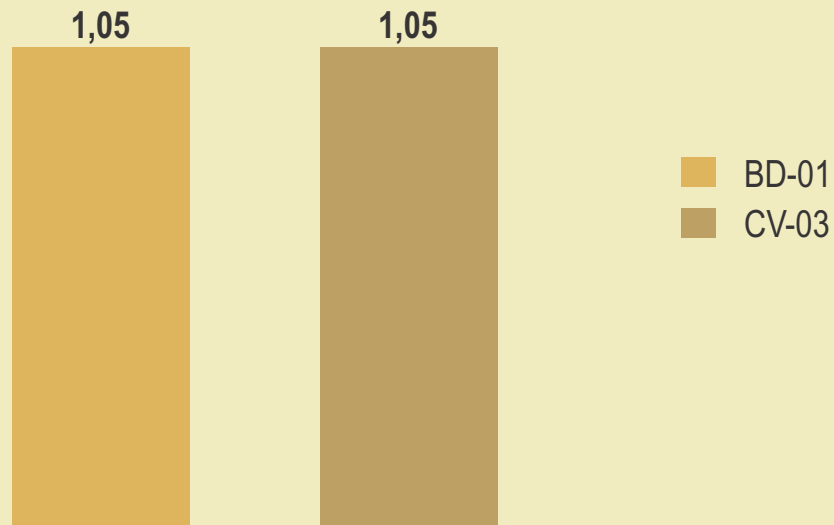


GRÁFICO 5 – Solvência – Capacidade de Cobertura

Solvência – Mede a capacidade do Plano de Benefícios para cobertura de suas obrigações com os Participantes registradas como Provisões Matemáticas – Acima de 1, representa que o plano está solvente, indicando que os recursos garantidores são suficientes para cobrir os compromissos com seus participantes e assistidos. Esta situação é mensurada somente nos Planos de Benefícios BD-01 e CV-03, que por suas características apresentam risco atuarial.

INDICADOR 3 – Desempenho

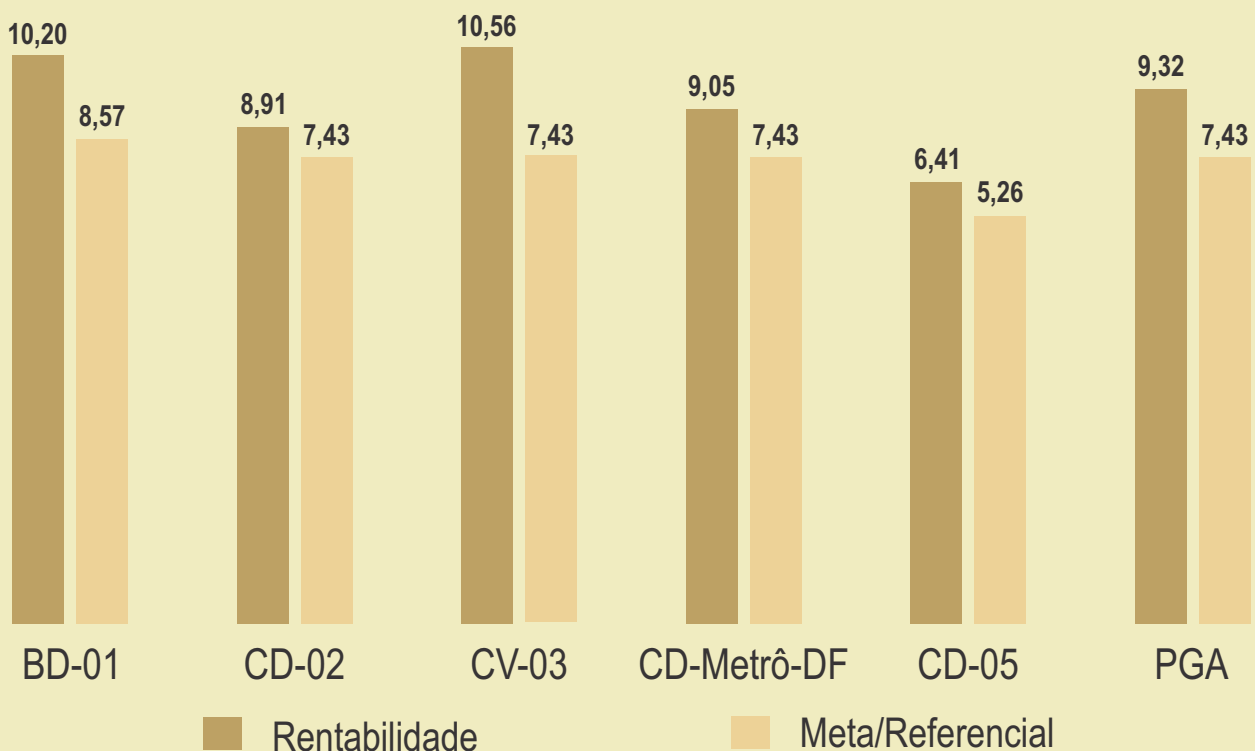


GRÁFICO 6 – Desempenho dos Planos

Desempenho – Mede a rentabilidade alcançada no exercício frente a meta atuarial para o Plano BD-01 e a meta de rentabilidade definida nas políticas de investimentos para os demais Planos. Conforme demonstrados todos os Planos performaram acima de suas respectivas metas.

INDICADOR 4 – Custo Administrativo

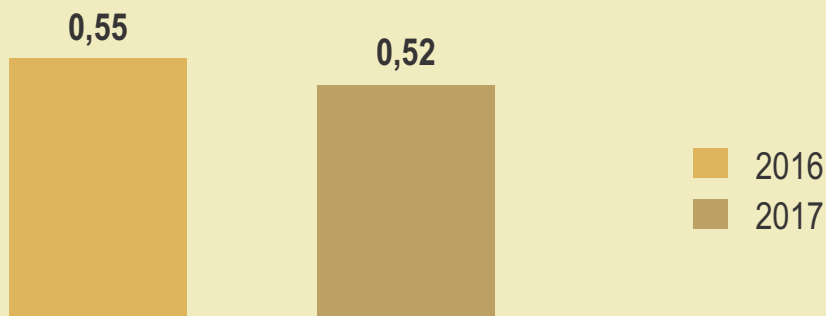


GRÁFICO 7 – Custo Administrativo – Variação entre 2016 e 2017

Custo Administrativo – Despesas Administrativas/Recursos Garantidores (sem o saldo do PGA) – O indicador demonstra que o custo administrativo corresponde a 0,52% do total dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios. Observa-se uma redução nos custos administrativos na ordem de 5,45%.

INDICADOR 5 – Execução Orçamentária

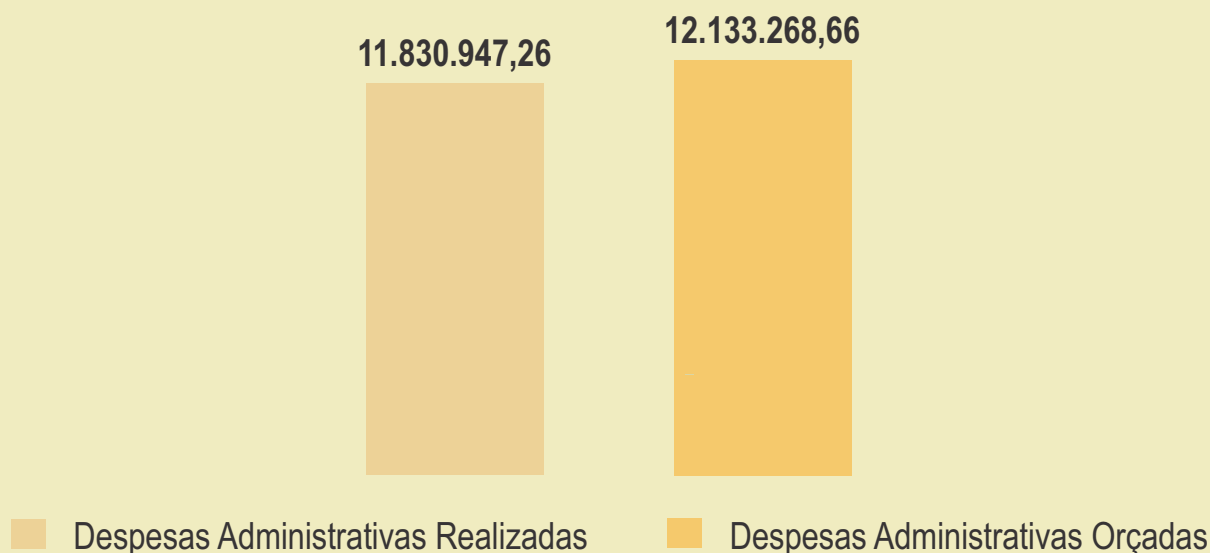


GRÁFICO 8 – Execução Orçamentária – Orçado/Realizado

Execução Orçamentária – Demonstra as Despesas Administrativas Realizadas e Despesas Administrativas Orçadas. O indicador demonstra que as despesas realizadas ficaram 2,49% abaixo das orçadas.

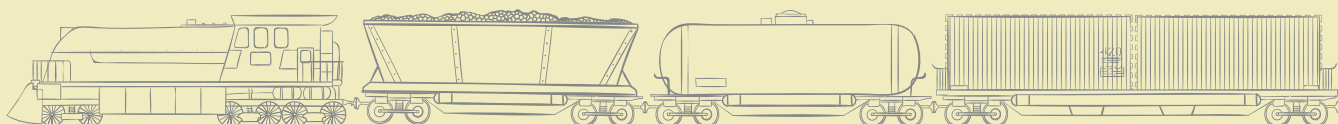
4. PERFIL CORPORATIVO

Locomotiva

A locomotiva tem a função de fornecer a energia necessária para colocar um comboio em movimento.



PATROCINADORAS, PARTICIPANTES E COLABORADORES COLOCAM A REGIUS EM MOVIMENTO, COM CONFIANÇA E DETERMINAÇÃO, EM DIREÇÃO AO MELHOR DESTINO.



4.1 – A ENTIDADE

A REGIUS é uma entidade fechada de previdência complementar instituída como Sociedade Civil sem fins lucrativos. Seu funcionamento foi aprovado pela Portaria nº 3.484, de 18/04/1985. Criada exclusivamente para administrar os planos de previdência instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, tendo, posteriormente, o seu escopo expandido para o multipatrocínio.

Em 2017, a REGIUS administrou cinco planos previdenciários: o Plano de Benefício Definido BD-01, o Plano de Contribuição Definida CD-02, o Plano de Contribuição Variável CV-03 e o Plano de Contribuição Definida – Metrô – DF, Plano de Contribuição Definida – CD-05, além do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

4.2 – PATROCINADORAS DOS PLANOS ADMINISTRADOS



4.3 – PARTICIPANTES

PLANO	PATROCINADORA	NÚMERO DE PARTICIPANTES E PENSIONISTAS			
		2016	2017	MÉDIA DE IDADE	
BD-01	BRB	1.845	1.839	Ativos	54 anos
	REGIUS			Assistidos	66 anos
CD-02	BRB	613	582	Ativos	54 anos
	REGIUS			Assistidos	57 anos
CV-03	BRB	2.306	2.299	Ativos	36 anos
	REGIUS			Assistidos	62 anos
	BRB CARD				
	SEGUROS BRB				
CD-Metrô-DF	METRÔ-DF	670	726	Ativos	40 anos
CD-05	SAÚDE BRB	-	170	Ativos	37 anos
	BRB				
	BRB CARD				
	SEGUROS BRB				
TOTAL DE PARTICIPANTES*		5.434	5.616	-	-

*No total de participantes estão incluídos os 582 participantes do Plano CD-02, que também fazem parte do Plano BD-01.

QUADRO 3 – Quantidade de Participantes por Plano

POPULAÇÃO	2016					2017				
	BD-01	CV-03	CD-02	CD-Metrô	CD-05	BD-01	CV-03	CD-02	CD-Metrô	CD-05
Ativos	784	2.289	563	670	-	691	2.280	513	726	170
Assistidos	940	17	50	-	-	1.020	19	69	-	-
Pensionistas	121	-	-	-	-	128	-	-	-	-
TOTAL	1.845	2.306	613	670	-	1.839	2.299	582	726	170

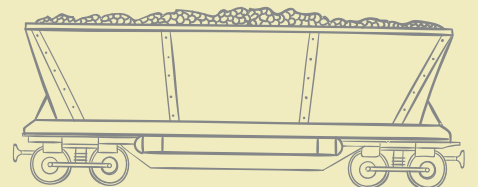
QUADRO 4 – Variação da Quantidade de Participantes 2016/2017

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

Percurso

*Percurso é o ato ou efeito de percorrer.
É a distância ou espaço percorrido,
trajeto de um ponto à outro do caminho.*

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA LIDERANÇA DA REGIUS JUNTAMENTE COM A OPERACIONALIZAÇÃO DAS ROTINAS PELOS GESTORES E COLABORADORES TRANSFORMA OS RECURSOS VERTIDOS EM BENEFÍCIOS AOS PARTICIPANTES, GERANDO A PROTEÇÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA.



5.1 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIAIS NO ANO

Há alguns anos o Plano BD-01 paga mais benefícios do que recebe contribuições. Em 2017 verificamos um aumento de 19,51% na rubrica de pagamento de benefícios, crescimento esse compatível com o aumento do número de participantes assistidos e pensionistas, que hoje já representam 62,43% do total da população do Plano. Já o aumento de 6,94% na arrecadação está compatível com o custeio previdencial da massa de participantes do Plano, sejam eles ativos ou assistidos, seguindo rigorosamente a recomendação do atuário responsável pelo Plano BD-01.

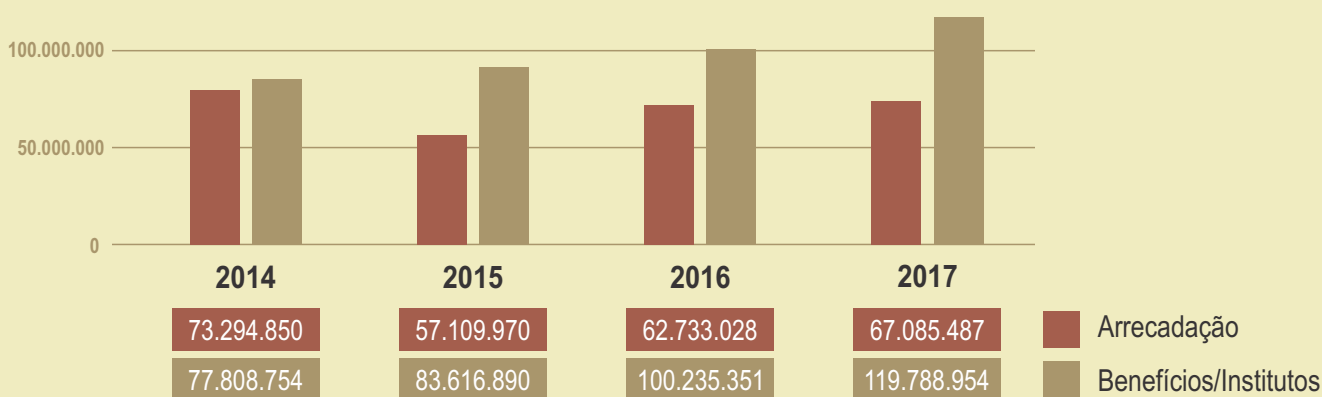


GRÁFICO 9 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano BD-01

Em 2017 verificamos um redução de 5,56% na arrecadação das contribuições ao Plano CD-02, movimento esse coerente com a redução do número de participantes do Plano, dado a elevação do pagamento de benefícios e/ou opção pelo resgate, que em 2017 variou 36,8% no comparativo com o ano anterior.

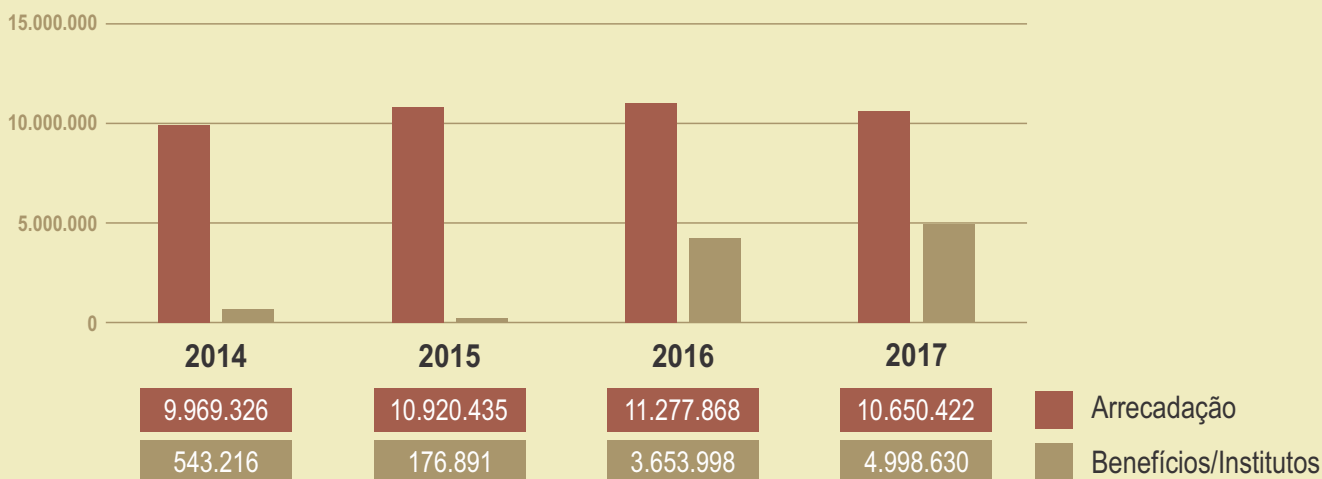


GRÁFICO 10 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-02

Em 2017 verificamos uma elevação de 9,34% na arrecadação das contribuições ao Plano CV-03, fruto de uma melhor conscientização dos participantes, que perceberam a necessidade de aumentar o seu benefício futuro. Já o crescimento de 13,67% na saída de recursos do Plano está compatível com a movimentação da sua população, sobretudo aqueles que optaram pelo instituto do resgate.

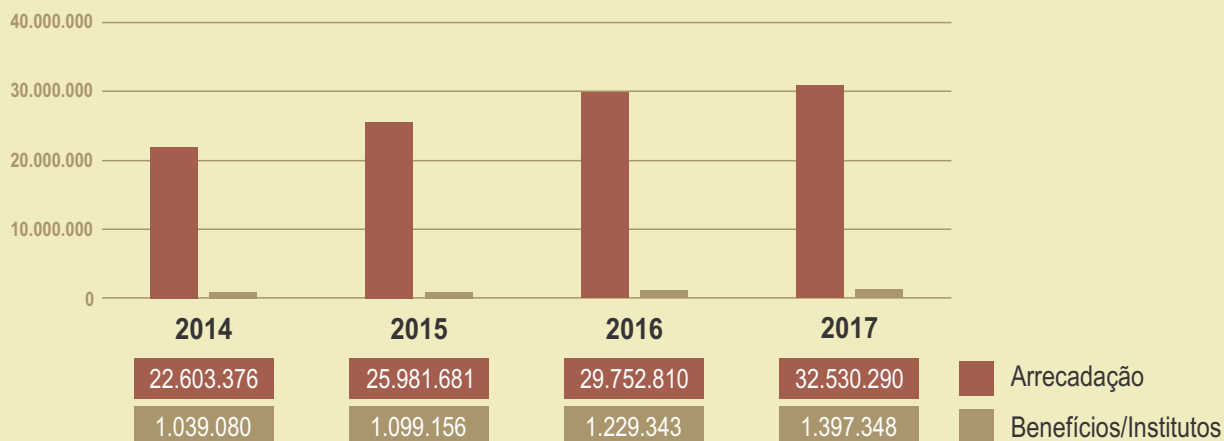


GRÁFICO 11 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CV-03

Não obstante os participantes do Plano CD-Metrô/DF não terem obtido reajuste salarial em 2017, verifica-se a manutenção da trajetória de crescimento da arrecadação do Plano, fruto de um forte trabalho desenvolvido pela Diretoria para a adesão de 56 novos participantes, representando um crescimento de 8,4% dessa população.

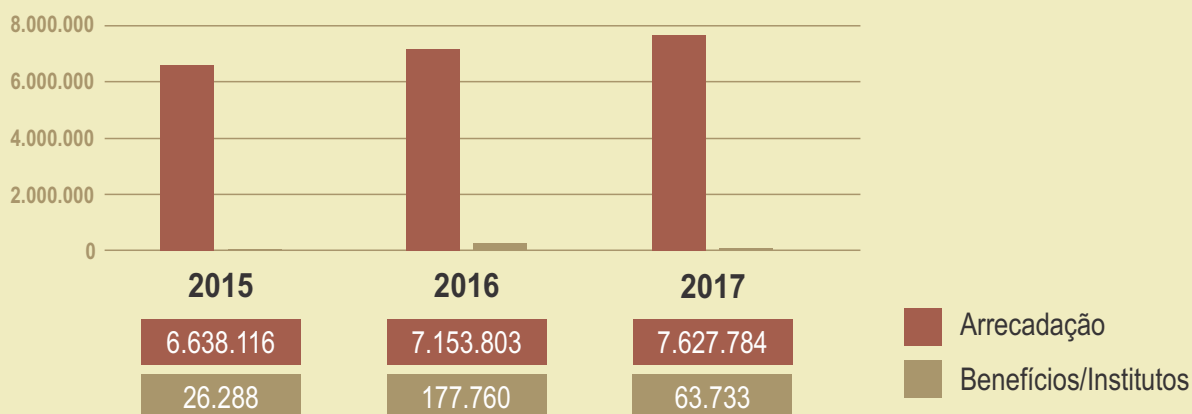


GRÁFICO 12 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-Metrô-DF

Após autorizado pela Previc, o Plano CD-05 recebeu a sua primeira contribuição no dia 28/03/2017, representando um importante marco desse plano, cujo principal objetivo é oferecer para as suas Patrocinadoras uma alternativa moderna de oferecimento de um benefício de previdência complementar para os seus empregados sem qualquer possibilidade de risco atuarial, em virtude de sua característica de contribuição definida.

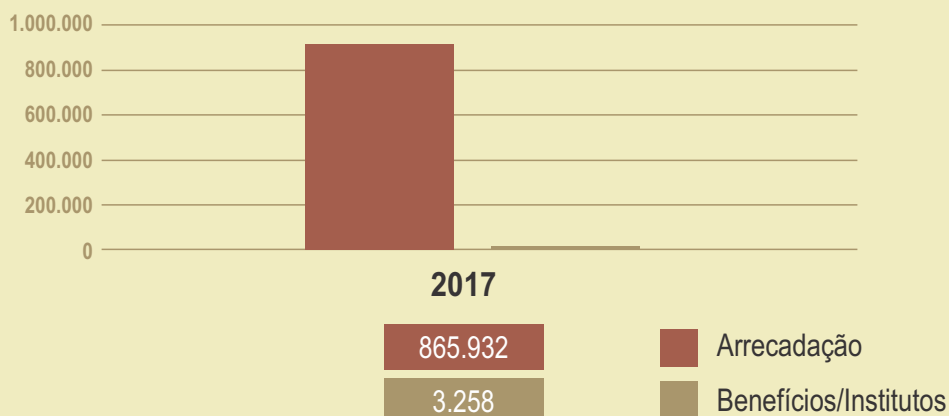


GRÁFICO 13 – Receitas/Despesas Previdenciais – Plano CD-05

5.2 – ADERÊNCIA DAS PREMISSAS ATUARIAIS

As avaliações dos Planos de Benefícios da REGIUS são elaboradas anualmente, conforme determina a legislação em vigor, e submetidas à análise e acompanhamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio do envio das Demonstrações Atuariais – DA.

Em 2017 foram realizados os estudos de aderência das premissas atuariais pela Atuarial – Consultoria Empresarial Ltda, com vistas a identificar os parâmetros mais adequados às características da massa de participantes dos Planos de Benefícios. Também foi realizado o estudo de ALM – *Asset Liability Management*, ou Gestão de Ativos e Passivos, dos Planos de Benefícios BD-01, CV-03 e CD-Metrô-DF, objetivando definir a melhor estratégia de alocação dos investimentos frente ao fluxo futuro do pagamento dos benefícios. Por meio desse estudo, validou-se o nível de solvência dos referidos Planos e demonstrou-se a capacidade de pagamento futuro dos benefícios.

5.3 – PARÂMETROS ATUARIAIS

Plano BD-01

Não verificou a necessidade de alteração nas hipóteses atuariais e financeiras

HIPÓTESE	2017
Mortalidade geral (válidos)	AT-2000 por sexo
Mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled por sexo
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Rotatividade	0%
Taxa de juros	5,61% a.a.
Crescimento real dos salários	0%
Crescimento real dos benefícios	0%
Indexador dos benefícios	IPCA
Fator de capacidade	100%
Regime financeiro	Capitalização

QUADRO 5 – Premissas Atuariais – BD-01

Para 2018, a Diretoria pretende desenvolver estudos que visem a verificar a adequação das tábuas de mortalidade geral de válidos e de inválidos (AT-2000 por sexo e RP-2000 Disabled por sexo, respectivamente), em virtude dos desvios observados no estudo de aderência de 2017. Outra premissa que irá merecer especial atenção em 2018 é a taxa de juros de desconto (meta atuarial) atualmente praticada no Plano BD-01, dada a atual trajetória de queda das taxas de juros reais que vem sendo praticadas no Brasil, em especial nos títulos públicos federais.

Plano CD-02

O Plano CD-02 tem como referência de rentabilidade o IPCA + 4,50% a.a. É um plano com característica financeira, sem compromisso atuarial, ou seja, parâmetros atuariais não se aplicam para este Plano.

Plano CV-03

No Plano CV-03 foram alteradas duas premissas atuariais, conforme estudos atuariais apresentados e aprovação final pelo Conselho Deliberativo.

HIPÓTESE	2016	2017
Mortalidade geral (válidos)	AT-2000 por sexo red. em 10%	AT-2000 por sexo red. em 10%
Mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	2,60% a.a.	2,03% a.a.
Taxa de juros	4,50% a.a.	
Crescimento real dos salários	2,92%	2,50%
Crescimento real dos benefícios	0%	0%
Indexador dos benefícios	IPCA	IPCA
Fator de capacidade	100%	100%
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização

QUADRO 6 – Premissas Atuariais – CV-03

O estudo das hipóteses atuariais do Plano CV-03 demonstrou uma forte aderência das tábuas atuariais atualmente praticadas no Plano. Entretanto, com relação as hipóteses de rotatividade e crescimento real dos salários, a Diretoria Executiva, em conjunto com o Conselho Deliberativo, decidiu reduzir ambas as premissas, seguindo recomendação do estudo atuarial desenvolvido pela Atest Consultoria Atuarial, empresa essa responsável pelos estudos de caráter atuarial para a principal Patrocinadora do Plano CV-03, que é o BRB-Banco de Brasília S/A. Essa iniciativa certamente trará maior segurança no cálculo das obrigações do Plano CV-03 perante os seus Participantes.

Plano CD-Metrô-DF

O Plano CD-Metrô-DF tem como referência de rentabilidade o IPCA + 4,50% a.a. É um plano com característica financeira, sem compromisso atuarial, ou seja, parâmetros atuariais não se aplicam para este Plano.

Plano CD-05

O Plano CD-05 tem como referência de rentabilidade o IPCA + 4,50% a.a. É um plano com característica financeira, sem compromisso atuarial, ou seja, parâmetros atuariais não se aplicam para este Plano.

5.4 – RESULTADO ATUARIAL

Plano BD-01



RUBRICA	2016	2017
Ativo Total	1.864.872.589,28	1.989.349.187,18
Exigível Operacional	3.438.855,58	3.545.597,67
Exigível Contingencial	3.920.911,19	1.549.492,29
Fundos (Administrativo e Investimento)	53.871.525,22	57.745.657,48
Ativo Líquido do Plano	1.803.641.297,29	1.926.508.439,74

RUBRICA	2016	2017
Provisão Matemática de Benefício Concedido	1.005.420.301,31	1.159.594.984,84
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	893.294.092,85	818.226.945,60
Provisão Matemática a Constituir	-131.021.498,33	-131.640.697,24
Provisão Matemática Total	1.767.692.895,83	1.846.181.233,20

RUBRICA	2016	2017
Ativo Líquido	1.803.641.297,29	1.926.508.439,74
Provisão Matemática Total	-1.767.692.895,83	-1.846.181.233,20
SUPERAVIT/DEFICIT	35.948.401,46	80.327.206,54

QUADRO 7 – Resultado Atuarial – Plano BD-01

- Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação é de um *superavit* atuarial de R\$ 80.327.206,54, que representa 4,35% das provisões matemáticas totais.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- Tendo em vista que não houve modificações nas hipóteses atuariais entre as duas avaliações, as causas mais prováveis de variação do resultado podem ser atribuídas às alterações cadastrais ocorridas no período, bem como ao desempenho patrimonial em 2017, cuja rentabilidade nominal foi de 10,20% sendo, portanto, superior à meta atuarial do plano, que em 2017 foi de 8,57%, considerando-se que o IPCA de dezembro/2016 a novembro/2017 apresentou variação de 2,80% e que a taxa de juros do plano em 2017 foi de 5,61% a.a.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.
- Hipóteses atuariais em conformidade com a legislação.

Plano CD-02



RUBRICA	2016	2017
Ativo Total	49.440.928,83	59.385.014,20
Exigível Operacional	150.408,29	133.272,68
Fundos (Administrativo e Investimento)	430.726,96	610.649,21
Ativo Líquido do Plano	48.859.793,58	58.641.092,31

RUBRICA	2016	2017
Provisão Matemática de Benefício Concedido	2.469.589,46	6.251.156,18
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	46.263.880,54	52.156.167,05
Provisão Matemática Total	48.733.470,00	58.407.323,23

RUBRICA	2016	2017
Ativo Líquido do Plano	48.859.793,58	58.641.092,31
Provisão Matemática Total	-48.733.470,00	-58.407.323,23
Fundo Previdencial	-126.323,58	-233.769,08
RESULTADO ATUARIAL	0,0	0,00

QUADRO 8 – Resultado Atuarial – Plano CD-02

- Resultado atuarial equilibrado.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- O expressivo aumento ocorrido nas provisões matemáticas de benefícios concedidos decorre da rentabilização dos saldos de contas, do pagamento de benefícios ao longo do exercício e da concessão de novos benefícios.
- Confrontando-se o ativo líquido do Plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.

Plano CV-03



RUBRICA	2016	2017
Ativo Total	204.104.363,41	256.220.000,76
Exigível Operacional	285.290,67	309.846,94
Fundos (Administrativo e Investimento)	5.379.692,51	6.387.131,24
Ativo Líquido do Plano	198.439.380,23	249.523.022,58

RUBRICA	2016	2017
Provisão Matemática de Benefício Concedido	4.049.855,34	4.446.923,62
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	185.839.579,14	233.464.774,27
Provisão Matemática Total	189.889.434,48	237.911.697,89

RUBRICA	2016	2017
Ativo Líquido do Plano	198.439.380,23	249.523.022,58
Provisão Matemática Total	-189.889.434,48	-237.911.697,89
Fundo Previdencial	-7.996.695,23	-9.674.729,61
SUPERAVIT/DEFICIT	553.250,52	1.936.595,08

QUADRO 9 – Resultado Atuarial – Plano CV-03

- Resultado atuarial equilibrado.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- O resultado apresentado pelo Plano de benefícios é consequência de fatores estruturais inerentes à modalidade do plano de benefícios.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.
- Hipóteses atuariais em conformidade com a legislação.

Plano CD-Metrô-DF



RUBRICA	2016	2017
Ativo Total	15.024.003,52	23.958.711,96
Exigível Operacional	36.261,24	45.101,70
Fundos (Administrativo e Investimento)	291.666,74	388.660,74
Ativo Líquido do Plano	14.696.075,54	23.524.949,52

RUBRICA	2016	2017
Provisão Matemática de Benefício Concedido	0,00	0,00
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	14.650.404,25	23.445.401,58
Provisão Matemática Total	14.650.404,25	23.445.401,58

RUBRICA	2016	2017
Ativo Líquido do Plano	14.696.075,54	23.524.949,52
Provisão Matemática Total	-14.650.404,25	-23.445.401,58
Fundo Previdencial	-45.671,29	-79.547,94
RESULTADO ATUARIAL	0,00	0,00

QUADRO 10 – Resultado Atuarial – Plano CD-Metrô-DF

- Resultado atuarial equilibrado.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- Confrontando-se o ativo líquido do Plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.

Plano CD-05



RUBRICA	2017
Ativo Total	879.148,50
Exigível Operacional	7.929,29
Fundos (Administrativo e Investimento)	32.243,27
Ativo Líquido do Plano	838.975,94

RUBRICA	2017
Provisão Matemática de Benefício Concedido	0,00
Provisão Matemática de Benefício a Conceder	837.200,53
Provisão Matemática Total	837.200,53

RUBRICA	2017
Ativo Líquido do Plano	838.975,94
Provisão Matemática Total	-837.200,53
Fundo Previdencial	-1.775,41
RESULTADO ATUARIAL	0,00

QUADRO 11 – Resultado Atuarial – Plano CD-05

- Resultado atuarial equilibrado.
- Regime financeiro e método de acumulação consistentes.
- Confrontando-se o ativo líquido do Plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.
- Manutenção do atual plano de custeio em 2018.

5.5 – DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS

Plano BD-01



Para visualizar as Demonstrações Atuariais do Plano BD-01, [clique aqui](#).

Plano CD-02



Para visualizar as Demonstrações Atuariais do Plano CD-02, [clique aqui](#).

Plano CV-03



Para visualizar as Demonstrações Atuariais do Plano CV-03, [clique aqui](#).

Plano CD-Metrô-DF



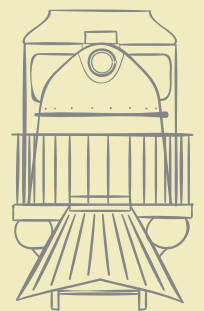
Para visualizar as Demonstrações Atuariais do Plano CD-Metrô-DF, [clique aqui](#).

6. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Condução

Conduzir é a ação ou o efeito de trazer ou levar, transportar de um lugar para outro.

A REGIUS CONDUZ COM SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA SEUS PLANOS PARA O FUTURO.



6.1 – ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS

O ano de 2017 foi marcado pela aceleração da taxa de crescimento econômico global com destaque para a Europa, que se mostrava atrasada em relação a outras economias desenvolvidas na trajetória de recuperação no pós crise de 2008 e que terminou o último ano exibindo taxas de crescimento superior ao que se estimava.

A recessão mais dura da história recente do Brasil começou a se dissipar. O crescimento do PIB em 2017, esperado em zero no começo do ano surpreendeu no segundo semestre e atingiu 1% de alta no ano. A taxa de juros (Selic) atingiu sua mínima histórica em 7% ao ano e a inflação fechou o ano em alta inferior a 3%. O reflexo deste momento mais favorável foi visto no mercado financeiro e os ativos brasileiros mostraram boa valorização. O prognóstico para 2018 estão ancorados pela expectativa de PIB crescente, inflação próxima da meta e taxa de juros na mínima histórica.

No mercado de ações, os escândalos de corrupção somados as denúncias de diversos políticos geraram insegurança aos investidores e foi visto forte volatilidade durante todo o ano. Contudo, a recuperação da economia brasileira sobrepôs estas notícias e o Ibovespa registrou ganho nominal de 26,86%. A valorização dos investimentos de Renda Variável beneficiou os Plano BD-01 e CV-03, que contemplam este segmento em suas carteiras.

Na Renda Fixa, o que guiou o mercado de juros, foi a forte desaceleração da inflação que possibilitou o Banco Central do Brasil a realizar o ciclo de afrouxamento monetário chegando à menor taxa básica de juros da história. A percepção de risco do investidor em relação ao Brasil mostrou forte redução. Diante disto, as taxas de remuneração dos Títulos Públicos Federais caíram fortemente. A diretoria financeira antecipou-se a este movimento e aumentou consideravelmente a alocação em NTN-B com taxas atrativas e seguiu alocando pontualmente nestes títulos conforme a necessidade dos benefícios futuros.

Plano de Benefício Definido – BD-01

Com 86,44% dos ativos do Plano alocados em renda fixa, em sua maioria em títulos públicos marcados na curva, o segmento realizou 110,85% da meta atuarial. No entanto, o grande destaque ficou por conta do segmento de renda variável, que entregou 22,49%, correspondendo a 262,43% da meta atuarial. Do lado negativo, a reavaliação de ativos do FIP Multiner comprometeu a rentabilidade do segmento Estruturados, que encerrou o ano com desvalorização de -6,12%. Cabe destacar que no estudo comparativo realizado pela Aditus, empresa de consultoria financeira contratada pela REGIUS, o Plano BD-01 superou o retorno médio dos outros 104 planos da modalidade BD. De acordo com esse estudo, a rentabilidade média dos planos BD foi de 9,77%, enquanto o Plano BD-01 rendeu 10,20% em 2017. Na avaliação do nível de risco, a carteira de investimentos do Plano BD-01 ficou bem abaixo da média da amostra Aditus, conforme gráfico abaixo:

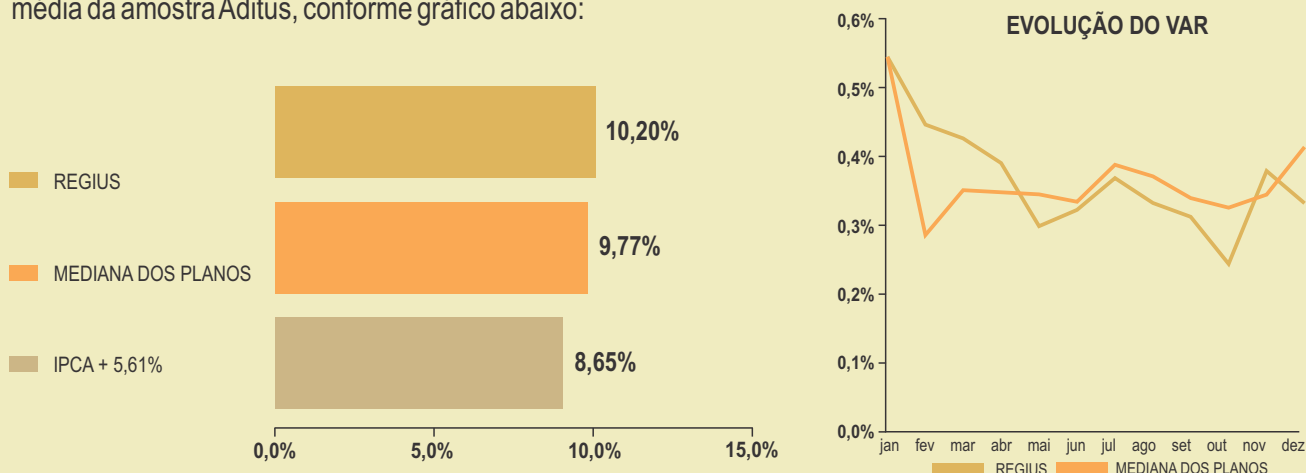


GRÁFICO 14 – Retorno dos Investimentos no ano – Plano BD-01

Plano de Contribuição Definida – CD-02

O Plano CD-02 é complementar ao Plano BD-01 e em função de sua característica de curto prazo possui apenas ativos de Renda Fixa. Os ativos estão alocados de acordo com as características da massa de participantes do BD-01, tendo obtido uma rentabilidade de 8,91%, superando seu índice de referência em 120%. Na comparação com o mercado, a rentabilidade do Plano CD-02 ficou abaixo da média dos 73 outros planos CD analisados pelo estudo da Aditus. Cabe ressaltar que o Plano CD-02, em razão de sua característica, não possui alocação nos segmentos de renda variável, estruturados e empréstimos, diferentemente dos planos que compõe a amostra da Aditus. Na avaliação do nível de risco, a carteira de investimentos do Plano CD-02 ficou bem abaixo da média da amostra Aditus, conforme gráfico abaixo:

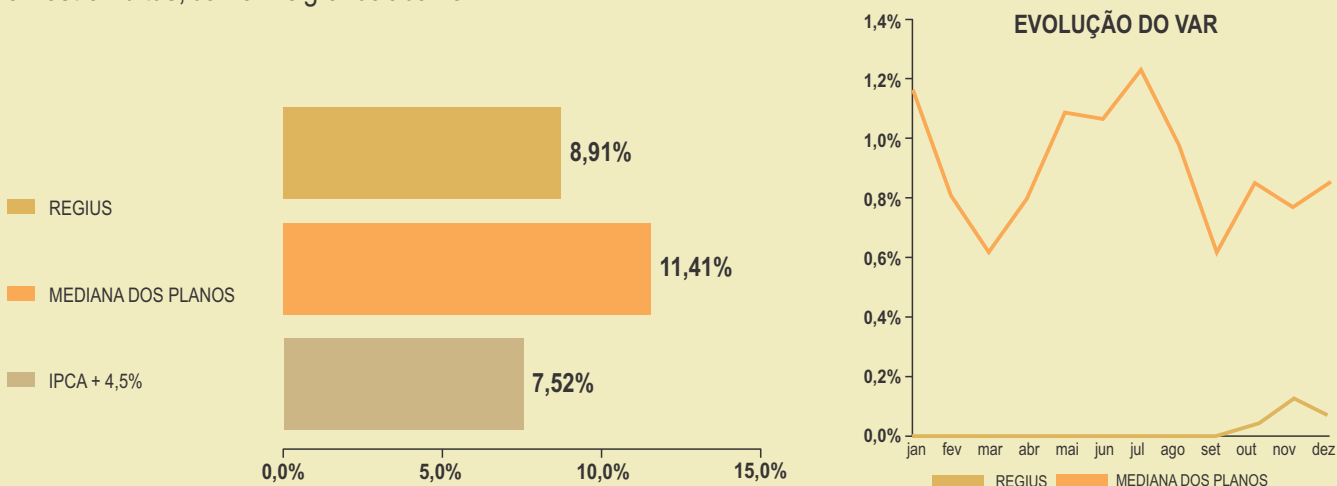


GRÁFICO 15 – Retorno dos Investimentos no ano – Plano CD-02

Plano de Contribuição Variável – CV-03

O Plano CV-03, por sua característica de CD na fase contributiva e de BD na fase de fruição de benefício, teve sua alocação direcionada para os fluxos futuros do passivo atuarial, conforme estudos de ALM. Dessa forma, as aplicações em ativos de renda fixa responderam por 89,30% dos recursos garantidores, sendo que 86% foram alocados em NTN-B. Por ser um plano com característica de população jovem, manteve-se investimentos em renda variável (3,80%) e assim como o Plano BD-01, esse segmento contribuiu de forma significativa para a performance total do Plano, que encerrou o ano com rentabilidade de 10,56%, contra 7,43% de sua meta atuarial. Já na comparação com o mercado, o Plano CV-03 ficou abaixo da rentabilidade média dos 57 planos CV da amostra da Aditus, que fecharam o ano com rentabilidade de 11,80%. Na avaliação do nível de risco, a carteira de Investimentos do Plano CV-03 ficou bem abaixo da média da amostra Aditus, conforme gráfico abaixo:

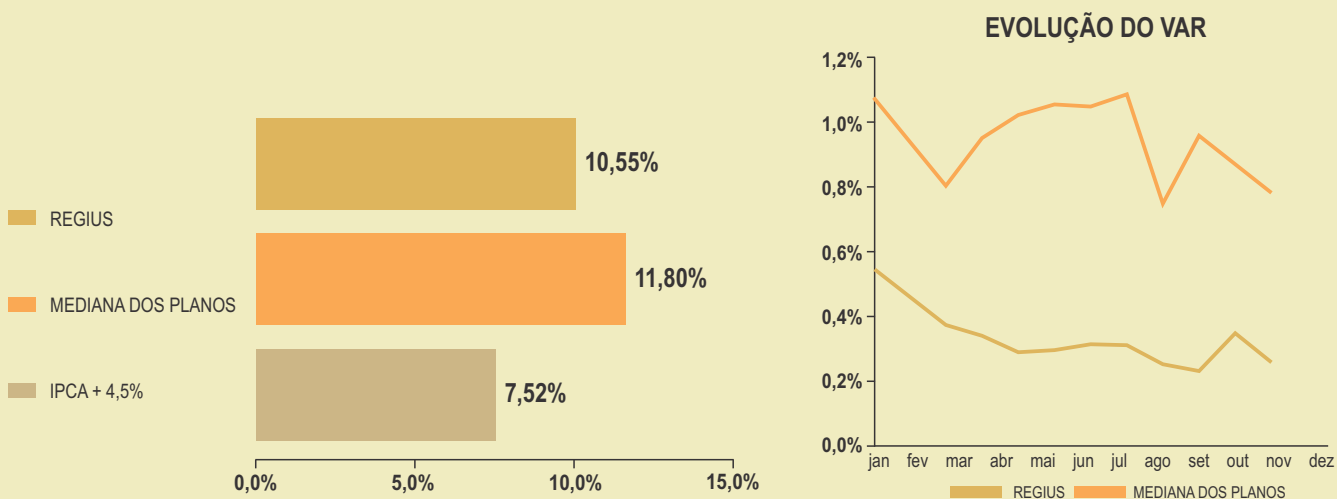


GRÁFICO 16 – Retorno dos Investimentos no ano – Plano CV-03

Plano de Contribuição Definida – CD-Metrô-DF

O plano CD-Metrô-DF possui somente ativos de renda fixa. As alocações estão de acordo com as características da massa de participantes, com aplicações de curto, médio e longo prazos. A rentabilidade do plano, de 9,05%, superou seu referencial de 7,43%, em 2017. O plano apresentou forte crescimento em 2017, fechando o ano com patrimônio de R\$ 23,572 milhões. Na avaliação do nível de risco, a carteira de investimentos do Plano CD-02 ficou bem abaixo da média da amostra Aditus, conforme quadro gráfico abaixo:

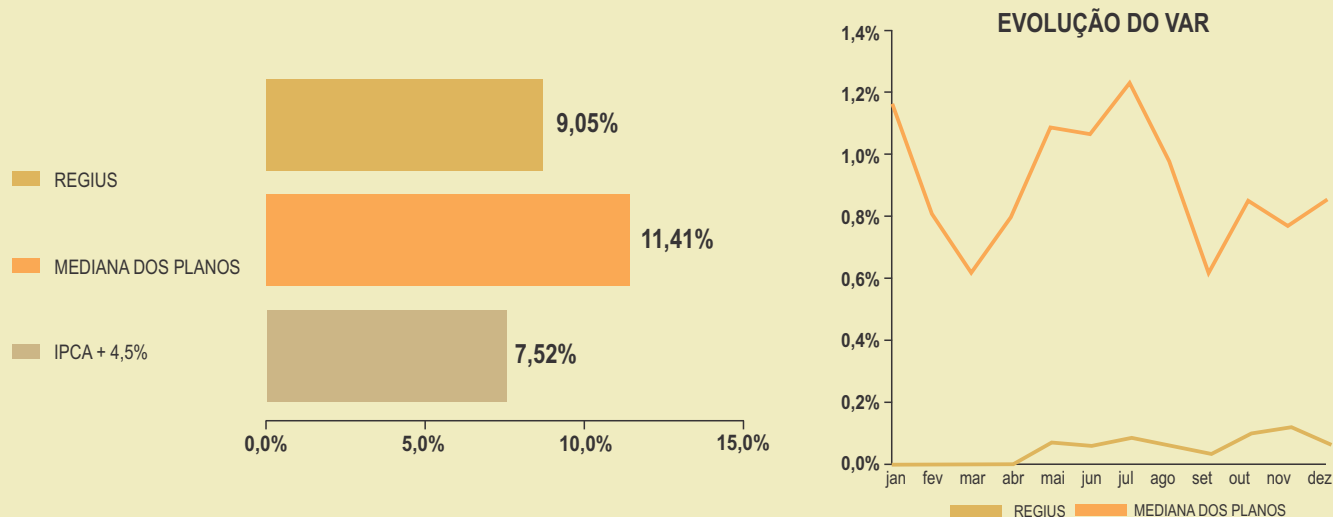


GRÁFICO 17 – Retorno dos Investimentos no ano – Plano CD-Metrô-DF

Plano de Contribuição Definida – CD-05

O plano CD-05 possui em dezembro de 2017 somente ativos de renda fixa. O plano recebeu as suas primeiras contribuições em março de 2017 e as alocações buscam a eficiência, visando produzir a rentabilidade dos ativos com a solidez e liquidez adequadas ao cumprimento das obrigações. Neste período foram realizados investimentos em títulos públicos federais e fundos de investimentos. A rentabilidade do plano, de 6,41%, superou seu referencial de 5,26%, em 2017. O plano apresentou crescimento em 2017, fechando o ano com patrimônio de aproximadamente R\$ 847 mil. A alocação tem objetivo estratégico de longo prazo, visando proporcionar rentabilidade compatível com as condições de mercado, sem, contudo, incorrer em riscos excessivos.

Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa – PGA é o plano que garante a infraestrutura de funcionamento da REGIUS para administração dos planos previdenciários. A sua receita advém da contribuição dos demais planos e da receita de investimentos dos próprios ativos do PGA. Ao final de 2017, a sua carteira de ativos totalizava R\$ 61,4 milhões, sendo 85,94% alocados em títulos públicos. A rentabilidade no ano, de 9,32%, superou seu referencial, que fechou em 7,43%.

6.2 – QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO BD-01

SEGMENTO	Política de Investimentos 2017		Resolução 3.792	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	86,44
Renda Variável	0,00	10,00	70,00	4,23
Investimentos Estruturados	0,00	4,00	20,00	0,66
Imóveis	0,00	8,00	8,00	6,52
Empréstimos	0,00	5,00	15,00	2,15
Disponibilidades	-	-	-	0,00

PLANO CD-02

SEGMENTO	Política de Investimentos 2017		Resolução 3.792	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	99,96
Disponibilidades	-	-	-	0,04

PLANO CV-03

SEGMENTO	Política de Investimentos 2017		Resolução 3.792	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	89,30
Renda Variável	0,00	10,00	70,00	3,80
Investimentos Estruturados	0,00	12,00	20,00	0,77
Empréstimos	0,00	12,00	15,00	6,10
Disponibilidades	-	-	-	0,03

PLANO CD-Metrô-DF

SEGMENTO	Política de Investimentos 2017		Resolução 3.792	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	96,20
Empréstimos	0,00	10,00	15,00	1,05
Disponibilidades	-	-	-	2,75

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

SEGMENTO	Política de Investimentos 2017		Resolução 3.792	Alocação Plano
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	Limite (%)	%
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	99,97
Disponibilidades	-	-	-	0,03

QUADRO 12 – Resumo da Política de Investimentos dos Planos de Benefícios

6.3 – RENTABILIDADE – DEZEMBRO/2017

PLANO BD-01

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %

SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES	BRUTA (ESTIMADA)	LÍQUIDA
Renda Fixa	0,73	9,50	9,50	9,92	9,14
Renda Variável	6,65	22,49	22,49	23,33	22,09
Imóveis	6,80	13,30	13,30	14,82	11,42
Estruturados	0,27	-6,12	-6,12	-5,09	-6,43
Empréstimos	1,18	15,24	15,24	15,24	14,99
Rentabilidade do Plano BD-01	1,35	10,20	10,20	10,63	9,85
Meta Atuarial	0,74	8,57	8,57	-	-

PLANO CD-02

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %

SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES	BRUTA (ESTIMADA)	LÍQUIDA
Títulos Públicos	0,68	8,82	8,82	10,06	7,78
Títulos Privados	-	-	-		
Fundos de Investimentos	0,55	10,10	10,10		
Rentabilidade do Plano CD-02	0,67	8,91	8,91	10,06	7,78
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,65	7,43	7,43	-	-

PLANO CV-03

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %

SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES	BRUTA (ESTIMADA)	LÍQUIDA
Renda Fixa	0,70	9,35	9,35	9,75	8,98
Renda Variável	6,29	27,51	27,51	28,64	27,09
Estruturados	0,63	10,17	10,17	11,21	9,80
Empréstimos	1,32	17,83	17,83	17,83	17,50
Rentabilidade do Plano CV-03	0,94	10,56	10,56	10,97	10,21
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,65	7,43	7,43	-	-

PLANO CD-Metrô-DF

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %

SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES	BRUTA (ESTIMADA)	LÍQUIDA
Títulos Públicos	0,68	8,68	8,68	9,97	8,21
Títulos Privados	-	-	-		
Fundos de Investimentos	0,63	10,59	10,59	18,37	17,87
Empréstimos	1,39	18,37	18,37		
Rentabilidade do Plano CD-Metrô-DF	0,68	9,05	9,05	10,05	8,38
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,65	7,43	7,43	-	-

PLANO CD-05

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %

SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 10 MESES	BRUTA (ESTIMADA)	LÍQUIDA
Títulos Públicos	0,69	1,00	1,00	8,32	4,79
Títulos Privados	-	-	-		
Fundos de Investimentos	0,55	7,10	7,10	8,32	4,79
Rentabilidade do Plano CD-05	0,61	6,41	6,41		
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,65	5,26	5,26	-	-

PLANO CD-PGA

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS - %

SEGMENTO	NO MÊS	NO ANO	ACUMULADA 12 MESES	BRUTA (ESTIMADA)	LÍQUIDA
Títulos Públicos	0,70	9,13	9,13	9,38	9,32
Títulos Privados	0,86	10,12	10,12		
Fundos de Investimentos	0,67	10,77	10,77		
Rentabilidade do PGA	0,72	9,32	9,32	9,38	9,32
Referencial – (IPCA +4,50% a.a.)	0,65	7,43	7,43	-	-

QUADRO 13 – Rentabilidade em Dezembro de 2017

6.4 – DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS – DEZEMBRO/2017

PLANO BD-01

Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	1.933.988.092	100,00
Disponível	33.896	0,00
Renda Fixa	1.671.712.901	86,44
<i>Títulos Públicos</i>	<i>1.358.443.439</i>	<i>70,24</i>
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.357.364.507	70,18
Notas do Tesouro Nacional - Série C	1.078.932	0,06
<i>Títulos Privados</i>	<i>197.434.881</i>	<i>10,21</i>
CDB	1.790.671	0,09
Banco Panamericano S/A	1.790.671	0,09
LFS	195.644.211	10,12
Banco do Estado de Sergipe S/A - Banese	12.522.083	0,65
BRB - Banco de Brasília S/A	183.122.128	9,47
<i>Fundos de Investimentos</i>	<i>115.834.581</i>	<i>5,99</i>
Renda Fixa	54.648.297	2,83
Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa - Crédito Privado	36.675.949	1,90
Vinci Fundo de Investimento Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	17.972.347	0,93
Multimercado	61.186.284	3,16
Institucional Active Fix IB - Multimercado Fundo de Investimento	61.186.284	3,16
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Renda Variável	81.761.726	4,23
<i>Mercado à Vista</i>	<i>62.908.746</i>	<i>3,25</i>
Ambev S/A - ABEV ON	3.292.016	0,17
Banco Bradesco S/A - BBDC PN	3.764.459	0,19
CCR S/A - CCRO ON	1.590.775	0,08
Cia Energética Minas Gerais Cemig - CMIG PN	1.710.341	0,09
Cia Paranaense Energia Copel - CPLE PNB	3.148.690	0,16
Cia Siderúrgica Nacional - CSNA ON	951.524	0,05
Cielo S/A - CIEL ON	1.923.748	0,10
Engje Brasil Energia S/A - EGIE ON (antiga Tractebel Energia S/A - TBLE ON)	525.548	0,03
Gerdau S/A - GGBR PN	2.749.598	0,14
Itaú Unibanco Holding S/A - ITUB PN	7.744.663	0,40
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras - PETR PN	21.815.500	1,13
Terminais Portuários Ponta Felix S/A - TPPF ON	66.371	0,00
Vale S/A - VALE ON	13.625.514	0,70
<i>Fundos de Investimentos</i>	<i>18.543.359</i>	<i>0,96</i>
Ações	18.543.359	0,96
Kinea Pipe Fundo de Investimento em Ações	5.479.873	0,28
Vinci Gas Valor Dividendos Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	13.063.486	0,68
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	<i>309.620</i>	<i>0,02</i>
Estruturados	12.857.530	0,66
<i>Fundos de Investimentos</i>	<i>12.857.530</i>	<i>0,66</i>

Participações	471.650	0,02
Multiner Fundo de Investimento em Participações	471.650	0,02
Imobiliário	12.385.880	0,64
Fundo de Investimento Imobiliário - FII Sia Corporate	6.125.280	0,32
Fundo de Investimento Imobiliário Agências Caixa - FII	6.260.600	0,32
Valores a Receber / a Pagar	-	-
Imóveis	126.183.525	6,52
Locados ao Patrocinador	30.729.400	1,59
Trade Center BSB	17.306.000	0,89
Setor de Indústria e Abastecimento	11.521.600	0,60
Setor de Indústrias e Gráficas	1.901.800	0,10
Locados a Terceiros	5.979.300	0,31
SGAS 902 Ed. Athenas (Sala 202)	4.825.900	0,25
SGAS 902 Ed. Athenas (Vagas de Garagem)	416.900	0,02
SGAS 902 Ed. Athenas (Salas/Lojas)	736.500	0,04
Shopping Center	89.474.600	4,63
Conjunto Nacional de Brasília	48.671.100	2,52
Liberty Mall	40.803.500	2,11
Valores a Receber / a Pagar	225	0,00
Empréstimos	41.630.449	2,15
Empréstimo Pessoal	41.831.760	2,16
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-188.361	-0,01
Valores a Receber / a Pagar	-12.950	-0,00
Depósitos Judiciais/Recursais	-191.934	-0,01
Depósitos	461.316	0,02
(-) Provisão	-653.250	-0,03

QUADRO 14 – Demonstrativo de Investimentos Plano BD-01 – Dezembro/2017

PLANO CD-02

Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	58.774.365	100,00
Disponível	21.822	0,04
Renda Fixa	58.752.543	99,96
Títulos Públicos	57.147.603	97,23
Letras do Tesouro Nacional - LTN	707.593	1,20
Notas do Tesouro Nacional - Série B	56.440.010	96,03
Fundos de Investimentos	1.604.940	2,73
Renda Fixa	68.951	0,12
Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa -	68.951	
Crédito Privado		0,12
Multimercado	1.535.988	2,61
Institucional Active Fix IB - Multimercado Fundo de	1.535.988	
Investimento		2,61
Valores a Receber / a Pagar	-	-

QUADRO 15 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-02 – Dezembro/2017

PLANO CV-03

Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	250.116.981	100,00
Disponível	65.998	0,03
Renda Fixa	223.344.594	89,30
<i>Títulos Públicos</i>	192.292.447	76,88
Notas do Tesouro Nacional - Série B	192.292.447	76,88
<i>Títulos Privados</i>	18.567.044	7,42
LFS	18.567.044	7,42
Banco do Estado de Sergipe S/A - Banese	5.366.607	2,15
BRB - Banco de Brasília S/A	13.200.437	5,28
<i>Fundos de Investimentos</i>	12.485.103	4,99
Renda Fixa	3.685.242	1,47
Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa - Crédito Privado	646.502	0,26
Vinci Fundo de Investimento Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	3.038.740	1,21
Multimercado	8.799.861	3,52
Institucional Active Fix IB - Multimercado Fundo de Investimento	8.799.861	3,52
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	-	-
Renda Variável	9.509.162	3,80
<i>Mercado à Vista</i>	5.975.119	2,39
Ambev S/A - ABEV ON	693.728	0,28
Banco Bradesco S/A - BBDC PN	700.018	0,28
Cia Energética Minas Gerais Cemig - CMIG PN	58.787	0,02
Cia Paranaense Energia Copel - CPLE PNB	276.945	0,11
Cielo S/A - CIEL ON	472.470	0,19
Itaú Unibanco Holding S/A - ITUB PN	1.009.359	0,40
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras - PETR ON	549.575	0,22
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras - PETR PN	898.380	0,36
Vale S/A - VALE ON	1.315.858	0,53
<i>Fundos de Investimentos</i>	3.496.500	1,40
Ações	3.496.500	1,40
Kinea Pipe Fundo de Investimento em Ações	2.191.949	0,88
Vinci Gas Valor Dividendos Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	1.304.550	0,52
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	37.543	0,02
Estruturados	1.932.707	0,77
<i>Fundos de Investimentos</i>	1.932.707	0,77
Imobiliário	1.932.707	0,77
Fundo de Investimento Imobiliário - FII Sía Corporate	680.587	0,27
Fundo de Investimento Imobiliário Agências Caixa - FII	1.252.120	0,50
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	-	-
Empréstimos	15.264.521	6,10
Empréstimo Pessoal	15.413.877	6,16
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-143.699	-0,06
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	-5.657	-0,00

PLANO CD-Metrô-DF

Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	23.569.697	100,00
Disponível	648.568	2,75
Renda Fixa	22.673.223	96,20
<i>Títulos Públicos</i>	<i>19.402.320</i>	<i>82,32</i>
Notas do Tesouro Nacional - Série B	19.402.320	82,32
<i>Fundos de Investimentos</i>	<i>3.270.903</i>	<i>13,88</i>
Renda Fixa	1.965.583	8,34
Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa - Crédito Privado	1.155.253	4,90
Vinci Fundo de Investimento Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	810.331	3,44
Multimercado	1.305.320	5,54
Institucional Active Fix IB - Multimercado Fundo de Investimento	1.305.320	5,54
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	<i>-</i>	<i>-</i>
Empréstimos	247.906	1,05
Empréstimo Pessoal	265.994	1,13
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-17.141	-0,07
Valores a Receber / a Pagar	-947	-0,00

QUADRO 17 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-Metrô-DF – Dezembro/2017

PLANO CD-05

Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	846.905	100,00
Disponível	13.061	1,54
Renda Fixa	833.844	98,46
<i>Títulos Públicos</i>	<i>525.641</i>	<i>62,07</i>
Notas do Tesouro Nacional - Série B	525.641	62,07
<i>Fundos de Investimentos</i>	<i>308.203</i>	<i>36,39</i>
Renda Fixa	106.746	12,60
Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa - Crédito Privado	106.746	12,60
Multimercado	201.457	23,79
Institucional Active Fix IB - Multimercado Fundo de Investimento	201.457	23,79
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

QUADRO 18 – Demonstrativo de Investimentos Plano CD-05 – Dezembro/2017

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Descrição	Valor	%
RECURSOS TOTAIS	61.424.226	100,00
Disponível	18.047	0,03
Renda Fixa	61.406.179	99,97
<i>Títulos Públicos</i>	<i>52.789.599</i>	<i>85,94</i>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	707.593	1,15
Notas do Tesouro Nacional - Série B	51.168.770	83,30
Notas do Tesouro Nacional - Série F	913.235	1,49
<i>Títulos Privados</i>	<i>5.985.679</i>	<i>9,74</i>
LFS	5.985.679	9,74
BRB - Banco de Brasília S/A	5.985.679	9,74
<i>Fundos de Investimentos</i>	<i>2.630.902</i>	<i>4,28</i>
Renda Fixa	1.780.905	2,90
Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa - Crédito Privado	767.992	1,25
Vinci Fundo de Investimento Renda Fixa Imobiliário - Crédito Privado	1.012.913	1,65
Multimercado	849.996	1,38
Institucional Active Fix IB - Multimercado Fundo de Investimento	849.996	1,38
<i>Valores a Receber / a Pagar</i>	<i>-</i>	<i>-</i>

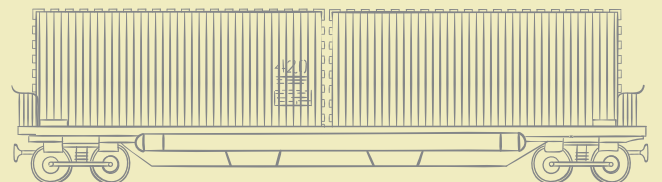
QUADRO 19 – Demonstrativo de Investimentos PGA – Dezembro/2017

7. GESTÃO ADMINISTRATIVA

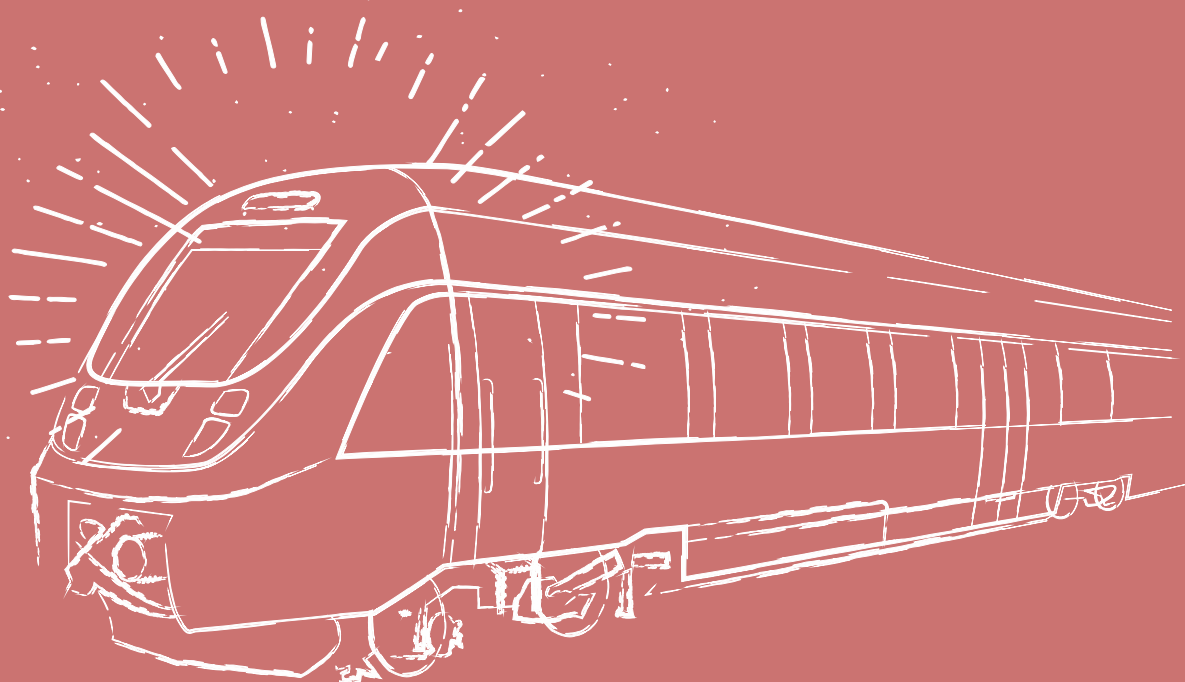
Vagões

*☀ Cada um dos carros no transporte ferroviário.
Conjunto dos passageiros ou à porção de carga
que esse veículo transporta.*

COLOCAR CADA COISA EM SEU LUGAR E
ALOCAR RECURSOS PARA GARANTIR SOLIDEZ
E SUSTENTABILIDADE É A META DA REGIUS.



Os recursos necessários à cobertura das despesas com a administração da REGIUS são repassados ao Plano de Gestão Administrativa – PGA pelos Planos de Benefícios, por meio de percentual aplicado mensalmente sobre as contribuições vertidas pelos participantes, assistidos e patrocinadores, pelo rateio das despesas realizadas com o investimento dos recursos dos Planos e pela rentabilidade obtida nas aplicações dos recursos do próprio PGA.



7.1 – CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

PLANO	PLANO BD-01	PLANO CD-02	PLANO CV-03	PLANO CD-Metrô-DF	PLANO CD-05	TOTAIS
Pessoal e Encargos	2.245.177,69	119.832,00	715.569,61	117.497,35	0,00	3.198.076,65
Treinamentos/Viagens	29.457,65	1.572,22	9.388,52	1.541,70	0,0	41.960,09
Serviços de Terceiros (Consultorias, Contratos, etc.)	413.848,13	19.975,85	113.648,97	34.030,51	849,01	582.352,47
Outras Despesas (Consumo, Depreciação, TAFIC etc.)	283.687,09	14.536,54	83.298,13	13.647,99	10,94	395.180,69
Contingências (PIS e COFINS)	108.657,02	10.334,50	65.007,09	10.641,70	1.578,75	196.219,06
TOTAIS	3.080.827,58	166.251,11	986.912,32	177.359,25	2.438,70	4.413.788,96

QUADRO 20 – Despesa com a Gestão Previdencial

PLANO	PLANO BD-01	PLANO CD-02	PLANO CV-03	PLANO CD-Metrô-DF	PLANO CD-05	TOTAIS
Pessoal e Encargos	4.107.089,67	118.137,86	492.731,32	41.907,95	682,84	4.760.549,64
Treinamentos/Viagens	62.021,71	1.801,92	7.543,67	652,74	12,83	72.032,87
Serviços de Terceiros (Consultorias, Contratos, etc.)	1.113.813,15	49.755,12	143.233,36	31.761,23	5.076,45	1.343.639,31
Outras Despesas (Consumo, Depreciação, TAFIC etc.)	568.125,74	17.229,49	71.360,33	7.016,04	104,66	663.836,26
Contingências (PIS e COFINS)	495.512,00	15.159,49	59.997,99	6.108,54	322,20	577.100,22
TOTAIS	6.346.562,27	202.083,88	774.866,67	87.446,50	6.198,98	7.417.158,30

QUADRO 21 – Despesa com a Gestão de Investimentos

PLANO	PLANO BD-01	PLANO CD-02	PLANO CV-03	PLANO CD-Metrô-DF	PLANO CD-05	TOTAIS
Pessoal e Encargos	6.352.267,36	237.969,86	1.208.300,93	159.405,30	682,84	7.958.626,29
Treinamentos/Viagens	91.479,36	3.374,14	16.932,19	2.194,44	12,83	113.992,96
Serviços de Terceiros (Consultorias, Contratos, etc.)	1.527.661,28	69.730,97	256.882,33	65.791,74	5.925,46	1.925.991,78
Outras Despesas (Consumo, Depreciação, TAFIC etc.)	851.812,83	31.766,03	154.658,46	20.664,03	115,60	1.059.016,95
Contingências (PIS e COFINS)	604.169,02	25.493,99	125.005,08	16.750,24	1.900,95	773.319,28
TOTAIS	9.427.389,85	368.334,99	1.761.778,99	264.805,75	8.637,68	11.830.947,26

QUADRO 22 – Despesa com a Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	REALIZADO R\$/MIL	ORÇADO R\$/MIL	%
DESPESAS E CONTINGÊNCIAS	11.830.947,26	12.133.268,66	-2,49
DESPESAS	11.057.627,98	11.307.368,36	-2,21
DESPESAS COMUNS	10.575.228,94	10.778.379,10	-1,88
PESSOAL E ENCARGOS	7.859.933,15	7.976.633,06	-1,46
SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.692.207,06	1.734.716,65	-2,45
DESPESAS GERAIS	959.950,40	987.414,39	-2,78
DEPREC. E AMORTIZAÇÕES	55.492,53	63.315,00	-12,35
OUTRAS DESPESAS – ADMIN.	7.645,80	16.300,00	-53,09
DESPESAS ESPECÍFICAS	482.399,04	528.989,26	-8,81
SERVIÇOS DE TERCEIROS	332.477,86	375.234,63	-11,39
DESPESAS GERAIS	3.941,18	4.741,46	-16,88
TRIBUTOS	145.980,00	149.013,17	-2,04
CONTINGÊNCIAS	773.319,28	825.900,30	-6,37
PIS E COFINS	773.319,28	825.900,30	-6,37

QUADRO 23 – Orçado x Realizado 2017

Execução de despesa orçada até dezembro/2017

O realizado ficou 2,49% abaixo do valor orçado, conforme discriminado a seguir:

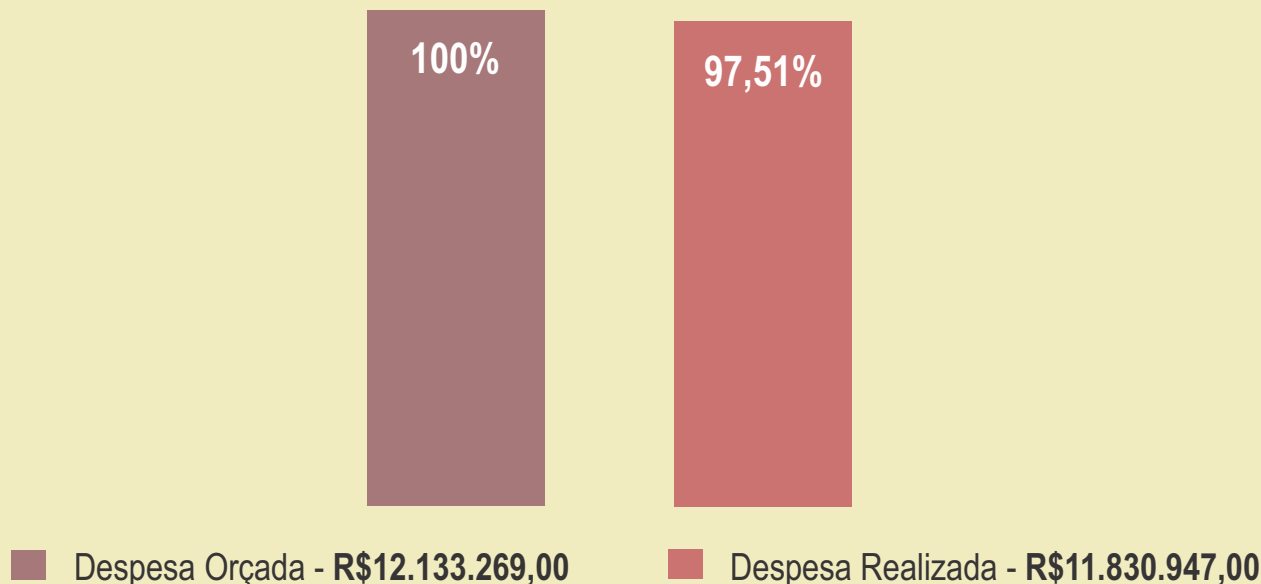


GRÁFICO 18 – Orçado x Realizado 2017

A contingência no valor de R\$ 773.319,28 refere-se ao saldo de depósitos em juízo efetuados pela REGIUS para fazer face ao pagamento de PIS/Cofins em decorrência de ação em que a Entidade reivindica a isenção tributária já reconhecida com relação aos Planos de Benefícios. Havendo êxito na ação, esse valor deverá retornar ao Fundo Administrativo (PGA).

Destaca-se que, em 2017, a REGIUS buscou o assessoramento de consultoria externa para revisão dos critérios de rateio das despesas administrativas com vistas a conferir mais justiça ao processo de orçamentação anual. Esse trabalho foi desenvolvido pela empresa de consultoria Junqueira de Carvalho Murgel e Brito – JCMB.

PESSOAL E ENCARGOS COMUNS		
PROVENTOS	REALIZADO	ORÇADO
CONTRATADOS	2.890.304,54	2.889.627,81
CONSELHO	606.771,86	615.494,88
DIRIGENTES	1.680.143,69	1.675.371,44
TOTAL	5.177.220,09	5.180.494,13
ENCARGOS	REALIZADO	ORÇADO
CONTRATADOS	1.833.683,65	1.944.572,06
CONSELHO	136.523,92	138.486,40
DIRIGENTES	712.505,49	713.080,47
TOTAL	2.682.713,06	2.796.138,93
TOTAL DA CONTA PESSOAL E ENGARGOS	7.859.933,15	7.976.633,06

SERVIÇOS DE TERCEIROS COMUNS		
CONSULTORIAS	REALIZADO	ORÇADO
CONTÁBIL	61.089,18	74.484,15
ATUARIAL	51.600,00	52.448,40
ADMINISTRATIVA	76.476,12	76.493,15
JURÍDICO	30.725,52	32.164,52
COMUNICAÇÃO	64.826,88	67.978,88
INVESTIMENTOS	72.716,00	73.826,76
ANÁLISES	27.973,44	28.340,61
DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO	67.316,72	72.093,28
CONTROLES INTERNOS	8.100,60	8.710,92
INFORMÁTICA	181.533,85	197.804,38
TOTAL CONTA CONSULTORIAS	642.358,31	684.345,05
MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO	148.252,46	152.993,27
ESTAGIÁRIOS	98.693,14	104.490,44
SOFTWARE	470.814,42	473.568,49
SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	322.288,73	309.119,40
GESTÃO DOCUMENTAL	9.800,00	10.200,00
TOTAL DA CONTA SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.692.207,06	1.734.716,65

SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPECÍFICOS		
CONSULTORIAS	REALIZADO	ORÇADO
ATUARIAL	78.700,00	78.936,86
JURÍDICO	67.626,00	83.358,70
COMUNICAÇÃO	169,50	3.900,00
TOTAL CONTA CONSULTORIAS	146.495,50	166.195,56
SOFTWARE	16.196,74	16.916,91
SERVIÇOS DE CUSTÓDIA	169.785,62	192.122,16
TOTAL DA CONTA SERVIÇOS DE TERCEIROS	332.477,86	375.234,63

QUADRO 24 – Despesas Administrativas 2017

ANO	PATRIMÔNIO TOTAL ADMINISTRADO	DESPEASAS	DESPESA/PATRIMÔNIO TOTAL (%)	PARTICIPANTES*	EMPREGADOS
2009	911.230.269	8.715.518	0,96	2.928	32
2010	1.075.391.212	8.679.669	0,81	2.937	33
2011	1.137.675.199	9.331.414	0,82	3.236	33
2012	1.310.100.313	9.886.119	0,75	3.662	31
2013	1.407.913.866	9.748.023	0,69	3.971	29
2014	1.575.951.719	10.033.566	0,64	4.025	29
2015	1.799.543.685	10.664.583	0,59	4.697	28
2016	2.075.341.198	11.411.725	0,55	4.700	27
2017	2.267.296.040	11.830.947	0,52	4.903	27

*Quantidade de participantes informada = total de participantes – (participantes CD-02 + pensionistas)

QUADRO 25 – Evolução das Despesas Administrativas

ANO	PATRIMÔNIO TOTAL DOS PLANOS	DESPEASAS	DESPESA/RGPB* (%)	CUSTEIO MÉDIO %
2009	911.230.269	8.715.518	0,96	15,00
2010	1.075.391.212	8.679.669	0,81	11,50
2011	1.137.675.199	9.331.414	0,82	9,50
2012	1.310.100.313	9.886.119	0,75	7,00
2013	1.407.913.866	9.748.023	0,69	5,17
2014	1.575.951.719	10.033.566	0,64	4,67
2015	1.799.543.685	10.664.583	0,59	3,70
2016	2.075.341.198	11.411.725	0,55	3,50
2017	2.267.296.040	11.830.947	0,52	3,32

*RGPB – Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios

QUADRO 26 – Evolução do Custeio Administrativo

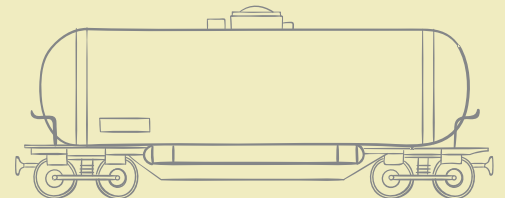
8. GESTÃO CONTÁBIL E DE CONTROLE

Bagagem

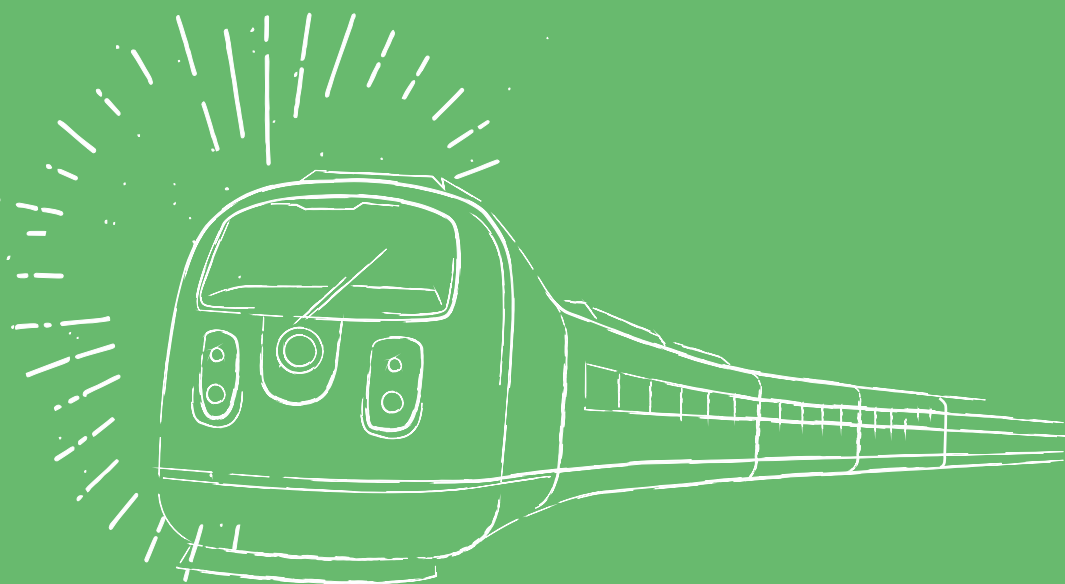
*☀
No sentido literal, é o conjunto de malas.
Mas, bagagem é também a experiência de
vida, o conhecimento adquirido com o tempo.*

u

O EQUILÍBRIO PATRIMONIAL DA REGIUS REAFIRMA SUA
EXPERIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS DE BENEFÍCIOS
E A CONFIANÇA DEPOSITADA POR PARTICIPANTES E ASSISTIDOS.



Em cumprimento aos dispositivos da Resolução MPAS/CGPC Nº 23/2006, a REGIUS disponibiliza os dados sobre os Planos de Benefícios administrados pela Entidade, permitindo aos participantes, assistidos e patrocinadoras acompanhar a gestão dos planos de benefícios.



8.1 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL

R\$ mil					
ATIVO	Exercício 2017	Exercício 2016	PASSIVO	Exercício 2017	Exercício 2016
DISPONÍVEL - NOTA 5.1.1	801	142	EXIGÍVEL OPERACIONAL - NOTA 5.2.1	5.474	5.072
REALIZÁVEL - NOTA 5.1.2	2.337.903	2.141.215	Gestão Previdencial - Nota 5.2.1.1	4.019	3.894
Gestão Previdencial - Nota 5.1.2.1	219	984	Gestão Administrativa - Nota 5.2.1.2	1.432	1.161
Gestão Administrativa - Nota 5.1.2.2	9.089	8.221	Investimentos - Nota 5.2.1.3	23	17
Investimentos - NOTA 5.1.2.3	2.328.595	2.132.010	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - NOTA 5.2.2	9.278	10.876
Títulos Públicos	1.680.601	1.573.205	Gestão Previdencial - Nota 5.2.2.1	896	3.622
Créditos Privados e Depósitos	221.988	228.415	Gestão Administrativa - Nota 5.2.2.2	7.729	6.955
Ações	69.231	59.103	Investimentos - Nota 5.2.2.3	653	299
Fundos de Investimento	172.965	99.716	PATRIMÔNIO SOCIAL - NOTA 5.2.3	2.324.200	2.125.611
Investimentos Imobiliários	126.187	119.273	Patrimônio de Cobertura do Plano	2.249.046	2.057.469
Empréstimos e Financiamentos	57.162	52.175	Provisões Matemáticas - NOTA 5.2.3.1	2.166.782	2.020.967
Depósitos Judiciais / Recursais	461	123	Benefícios Concedidos	1.170.293	1.011.940
PERMANENTE - NOTA 5.1.3	248	292	Benefícios a Conceder	1.128.130	1.140.048
Imobilizado - Nota 5.1.3.1	227	194	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(131.641)	(131.021)
Intangível - Nota 5.1.3.2	5	8	Equilíbrio Técnico - Nota 5.2.3.2	82.264	36.502
Diferido - Nota 5.1.3.3	16	0	Resultados Realizados	82.264	36.502
			Superávit Técnico Acumulado	82.264	36.502
			(-) Déficit Técnico Acumulado	0	0
			Fundos - NOTA 5.2.4	75.154	68.142
			Fundos Previdenciais - Nota 5.2.4.1	9.990	8.169
			Fundos Administrativos - Nota 5.2.4.2	61.601	56.801
			Fundos dos Investimentos - Nota 5.2.4.3	3.563	3.172
TOTAL DO ATIVO	2.338.952	2.141.559	TOTAL DO PASSIVO	2.338.952	2.141.559

QUADRO 27 – Balanço Patrimonial 2017

R\$ mil				
DESCRIÇÃO		Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	2.125.610	1.843.886	15,28
	1. Adições	336.674	398.432	(15,50)
(+)	Contribuições Previdenciais	114.560	106.682	7,38
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	202.365	273.310	(25,96)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.727	112	2.334,82
(+)	Receitas Administrativas	11.387	11.269	1,05
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.244	6.684	(21,54)
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	391	375	4,27
	2. Destinações	(138.083)	(116.708)	18,31
(-)	Benefícios	(126.252)	(105.296)	19,90
(-)	Despesas Administrativas	(11.058)	(10.577)	4,55
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(773)	(835)	(7,43)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	198.591	281.724	(29,51)
(+/-)	Provisões Matemáticas	145.817	216.883	(32,77)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	45.762	56.459	(18,95)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.821	1.465	24,30
(+/-)	Fundos Administrativos	4.800	6.542	(26,63)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	391	375	4,27
	B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	2.324.201	2.125.610	9,34

QUADRO 28 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Nos termos da Resolução CFC Nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, do Conselho Federal de Contabilidade, “a Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, no exercício a que se referir, e discrimina:

- (a) saldos dos grupos de contas do ativo;
- (b) saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial); e
- (c) saldos dos grupos de contas do patrimônio social.”

PLANO BD-01

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	1.989.349	1.864.873	6,67
Disponível	34	31	9,68
Recebível	54.691	51.886	5,41
Investimento	1.934.624	1.812.956	6,71
Títulos Públicos	1.358.444	1.324.484	2,56
Créditos Privados e Depósitos	197.435	203.308	(2,89)
Ações	63.218	53.747	17,62
Fundos de Investimento	147.236	72.571	102,89
Investimentos Imobiliários	126.187	119.273	5,80
Empréstimos e Financiamentos	41.643	39.450	5,56
Depósitos Judiciais/Rekursais	461	123	274,80
2. Obrigações	5.095	7.360	(30,77)
Operacional	3.546	3.439	3,11
Contingencial	1.549	3.921	(60,49)
3. Fundos não Previdenciais	57.746	53.872	7,19
Fundos Administrativos	54.496	50.931	7,00
Fundos dos Investimentos	3.250	2.941	10,51
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.926.508	1.803.641	6,81
Provisões Matemáticas	1.846.181	1.767.693	4,44
Superávit/Déficit Técnico	80.327	35.948	123,45
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	181.982	64.554	181,91
a) Equilíbrio Técnico	80.327	35.948	123,45
b) (+/-) Ajuste de Precificação	101.655	28.606	255,36
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	181.982	64.554	181,91

QUADRO 29 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano BD-01

PLANO CD-02

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	59.385	49.441	20,11
Disponível	22	20	10,00
Recebível	611	431	41,76
Investimento	58.752	48.990	19,93
Títulos Públicos	57.147	41.699	37,05
Fundos de Investimento	1.605	7.291	(77,99)
2. Obrigações	133	150	(11,33)
Operacional	133	150	(11,33)
3. Fundos não Previdenciais	611	431	41,76
Fundos Administrativos	611	431	41,76
4. Ativo Líquido (1-2-3)	58.641	48.860	20,02
Provisões Matemáticas	58.407	48.734	19,85
Fundos Previdenciais	234	126	85,71

QUADRO 30 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-02

PLANO CV-03

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	256.219	204.104	25,53
Disponível	66	58	13,79
Recebível	6.097	5.176	17,79
Investimento	250.056	198.870	25,74
Títulos Públicos	192.292	147.836	30,07
Créditos Privados e Depósitos	18.567	19.671	(5,61)
Ações	6.013	5.356	12,27
Fundos de Investimento	17.914	13.378	33,91
Empréstimos e Financiamentos	15.270	12.629	20,91
2. Obrigações	310	285	8,77
Operacional	310	285	8,77
3. Fundos não Previdenciais	6.386	5.380	18,70
Fundos Administrativos	6.075	5.149	17,98
Fundos dos Investimentos	311	231	34,63
4. Ativo Líquido (1-2-3)	249.523	198.439	25,74
Provisões Matemáticas	237.912	189.889	25,29
Superávit/Déficit Técnico	1.937	553	250,27
Fundos Previdenciais	9.674	7.997	20,97
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.575	2.165	111,32
a) Equilíbrio Técnico	1.937	553	250,27
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.638	1.612	63,65
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	4.575	2.165	111,32

QUADRO 31 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CV-03

PLANO CD-Metrô-DF

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
1. Ativos	23.959	15.024	59,47
Disponível	649	16	3.956,25
Recebível	388	292	32,88
Investimento	22.922	14.716	55,76
Títulos Públicos	19.402	11.694	65,91
Fundos de Investimento	3.271	2.926	11,79
Empréstimos e Financiamentos	249	96	159,38
2. Obrigações	45	36	25,00
Operacional	45	36	25,00
3. Fundos não Previdenciais	389	292	33,22
Fundos Administrativos	387	291	32,99
Fundos dos Investimentos	2	1	100,00
4. Ativo Líquido (1-2-3)	23.525	14.696	60,08
Provisões Matemáticas	23.445	14.650	60,03
Fundos Previdenciais	80	46	73,91

QUADRO 32 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-Metrô-DF

PLANO CD-05

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	Exercício 2017
1. Ativos	879
Disponível	13
Recebível	32
Investimento	834
Títulos Públicos	526
Fundos de Investimento	308
2. Obrigações	8
Operacional	8
3. Fundos não Previdenciais	32
Fundos Administrativos	32
4. Ativo Líquido (1-2-3)	839
Provisões Matemáticas	837
Fundos Previdenciais	2

QUADRO 33 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL – Plano CD-05

Demonstração de Mutações do Ativo Líquido – DMAL

A Resolução CFC Nº 1.272 diz que “a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se à evidenciação das alterações do ativo líquido dos planos de benefícios, no exercício a que se referir, e discrimina:

- (a) saldo do ativo líquido no início do exercício;
- (b) adições do ativo líquido;
- (c) deduções do ativo líquido;
- (d) acréscimos e decréscimos no ativo líquido; e
- (e) constituições de fundos administrativos e de investimentos.”

PLANO BD-01

DESCRIÇÃO		Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.803.641	1.599.542	12,76
	1. Adições	244.973	306.783	(20,15)
(+)	Contribuições	67.085	62.733	6,94
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	175.161	243.938	(28,19)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	2.727	112	2.334,82
	2. Destinações	(122.106)	(102.684)	18,91
(-)	Benefícios	(119.789)	(100.235)	19,51
(-)	Custeio Administrativo	(2.317)	(2.449)	(5,39)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	122.867	204.099	(39,80)
(+/-)	Provisões Matemáticas	78.488	148.193	(47,04)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	44.379	55.906	(20,62)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.926.508	1.803.641	6,81
	C) Fundos não previdenciais	57.746	53.872	7,19
(+)	Fundos Administrativos	54.496	50.931	7,00
(+)	Fundos dos Investimentos	3.250	2.941	10,51

QUADRO 34 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano BD-01

PLANO CD-02

DESCRIÇÃO		Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	48.860	36.374	34,33
	1. Adições	15.002	16.370	(8,36)
(+)	Contribuições	10.650	11.278	(5,57)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.352	5.092	(14,53)
	2. Destinações	(5.221)	(3.884)	34,42
(-)	Benefícios	(4.999)	(3.654)	36,81
(-)	Custeio Administrativo	(222)	(230)	(3,48)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	9.781	12.486	(21,66)
(+/-)	Provisões Matemáticas	9.674	12.378	(21,85)
(+/-)	Fundos Previdenciais	107	108	(0,93)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	58.641	48.860	20,02
	C) Fundos não previdenciais	611	431	41,76
(+)	Fundos Administrativos	611	431	41,76

QUADRO 35 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-02

PLANO CV-03

DESCRIÇÃO		R\$ mil		
		Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	198.439	148.135	33,96
	1. Adições	53.879	52.877	1,89
(+)	Contribuições	32.530	29.753	9,33
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.349	23.124	(7,68)
	2. Destinações	(2.795)	(2.573)	8,63
(-)	Benefícios	(1.397)	(1.230)	13,58
(-)	Custeio Administrativo	(1.398)	(1.343)	4,10
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	51.084	50.304	1,55
(+/-)	Provisões Matemáticas	48.023	48.431	(0,84)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.678	1.320	27,12
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.383	553	150,09
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	249.523	198.439	25,74
	C) Fundos não previdenciais	6.386	5.380	18,70
(+)	Fundos Administrativos	6.075	5.149	17,98
(+)	Fundos dos Investimentos	311	231	34,63

QUADRO 36 – Demonstração de Mutação do Ativo Líquido – DMAL – Plano CV-03

PLANO CD-Metrô-DF

DESCRIÇÃO		R\$ mil		
		Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	14.696	6.779	100,00
	1. Adi�es	9.122	8.308	9,80
(+)	Contribui�es	7.628	7.154	6,63
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.494	1.154	29,46
	2. Destina�es	(293)	(391)	(25,06)
(-)	Benefícios	(64)	(178)	(64,04)
(-)	Custeio Administrativo	(229)	(213)	7,51
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.829	7.917	11,52
(+/-)	Provisões Matemáticas	8.795	7.880	11,61
(+/-)	Fundos Previdenciais	34	37	(8,11)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	23.525	14.696	60,08
	C) Fundos não previdenciais	389	292	33,22
(+)	Fundos Administrativos	387	291	32,99
(+)	Fundos dos Investimentos	2	1	100,00

QUADRO 37 – Demonstr o de Muta o do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-Metrô-DF

PLANO CD-05

		R\$ mil
DESCRIÇÃO		Exercício 2017
	A) Ativo Líquido - início do exercício	-
	1. Adições	876
(+)	Contribuições	866
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10
	2. Destinações	(37)
(-)	Benefícios	(3)
(-)	Custeio Administrativo	(34)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	839
(+/-)	Provisões Matemáticas	837
(+/-)	Fundos Previdenciais	2
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	839
	C) Fundos não previdenciais	32
(+)	Fundos Administrativos	32

QUADRO 38 – Demonstração de Mutações do Ativo Líquido – DMAL – Plano CD-05

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Segundo a Resolução CFC N° 1.272, “a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios explica a atividade administrativa da EFPC, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando as alterações do fundo administrativo do plano de benefícios, e discrimina:

- (a) receitas administrativas do exercício;
- (b) despesas administrativas, segregadas por administrações previdencial, de investimentos e outras, com detalhamento das despesas comuns e específicas do plano de benefícios;
- (c) resultado negativo dos investimentos;
- (d) sobras ou insuficiência da gestão administrativa; e
- (e) constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício.”

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	56.801	50.259	13,02
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.631	17.954	(7,37)
1.1. Receitas	16.631	17.954	(7,37)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.201	4.235	(0,80)
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.038	6.955	1,19
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	129	80	61,25
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.244	6.684	(21,54)
Outras Receitas	19	-	100,00
2. Despesas Administrativas	11.058	10.577	4,55
2.1. Administração Previdencial	4.217	3.866	9,08
Pessoal e encargos	3.198	2.943	8,66
Treinamentos/congressos e seminários	38	21	80,95
Viagens e estadias	4	4	0,00
Serviços de terceiros	582	510	14,12
Despesas gerais	317	314	0,96
Depreciações e amortizações	21	20	5,00
Tributos	53	47	12,77
Outras Despesas	4	7	(42,86)
2.2. Administração dos Investimentos	6.841	6.711	1,94
Pessoal e encargos	4.761	4.640	2,61
Treinamentos/congressos e seminários	65	46	41,30
Viagens e estadias	7	7	0,00
Serviços de terceiros	1.344	1.317	2,05
Despesas gerais	533	569	(6,33)
Depreciações e amortizações	34	34	0,00
Tributos	93	88	5,68
Outras Despesas	4	10	(60,00)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	773	835	(7,43)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	4.800	6.542	(26,63)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	4.800	6.542	(26,63)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	61.601	56.801	8,45

QUADRO 39 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – CONSOLIDADO

PLANO BD-01

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	50.930	45.733	11,36
1. Custeio da Gestão Administrativa	12.993	14.594	(10,97)
1.1. Receitas	12.993	14.594	(10,97)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.318	2.448	(5,31)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.044	6.179	(2,18)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	88	54	62,96
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	4.524	5.913	(23,49)
Outras Receitas	19	-	100,00
2. Despesas Administrativas	8.823	8.718	1,20
2.1. Administração Previdencial	2.972	2.773	7,18
2.1.1. Despesas Comuns	2.846	2.666	6,75
2.1.2. Despesas Específicas	126	107	17,76
Serviços de terceiros	81	64	26,56
Despesas gerais	1	1	0,00
Tributos	44	42	4,76
2.2. Administração dos Investimentos	5.851	5.945	(1,58)
2.2.1. Despesas Comuns	5.625	5.745	(2,09)
2.2.2. Despesas Específicas	226	200	13,00
Serviços de terceiros	148	121	22,31
Despesas gerais	2	1	100,00
Tributos	76	78	(2,56)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	604	679	(11,05)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	3.566	5.197	(31,38)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	3.566	5.197	(31,38)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	54.496	50.930	7,00

QUADRO 40 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – CONSOLIDADO

PLANO CD-02

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	431	213	102,35
1. Custeio da Gestão Administrativa	548	527	3,98
1.1. Receitas	548	527	3,98
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	222	230	(3,48)
Custeio Administrativo dos Investimentos	196	152	28,95
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	130	145	(10,34)
2. Despesas Administrativas	343	285	20,35
2.1. Administração Previdencial	156	140	11,43
2.1.1. Despesas Comuns	152	139	9,35
2.1.2. Despesas Específicas	4	1	300,00
Serviços de terceiros	2	-	100,00
Tributos	2	1	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	187	145	28,97
2.2.1. Despesas Comuns	162	142	14,08
2.2.2. Despesas Específicas	25	3	733,33
Serviços de terceiros	22	-	100,00
Tributos	3	3	0,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	25	24	4,17
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	180	218	(17,43)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	180	218	(17,43)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	611	431	41,76

QUADRO 41 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-02

PLANO CV-03

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.149	4.129	24,70
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.688	2.546	5,58
1.1. Receitas	2.688	2.546	5,58
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.398	1.343	4,10
Custeio Administrativo dos Investimentos	708	586	20,82
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	40	26	53,85
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	542	591	(8,29)
2. Despesas Administrativas	1.637	1.408	16,26
2.1. Administração Previdencial	922	823	12,03
2.1.1. Despesas Comuns	907	812	11,70
2.1.2. Despesas Específicas	15	11	36,36
Serviços de terceiros	8	7	14,29
Tributos	7	4	75,00
2.2. Administração dos Investimentos	715	585	22,22
2.2.1. Despesas Comuns	676	578	16,96
2.2.2. Despesas Específicas	39	7	457,14
Serviços de terceiros	27	-	100,00
Tributos	12	7	71,43
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	125	118	5,93
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	926	1.020	(9,22)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	926	1.020	(9,22)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	6.075	5.149	17,98

QUADRO 42 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CV-03

PLANO CD-Metrô-DF

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	291	184	58,15
1. Custeio da Gestão Administrativa	360	286	25,87
1.1. Receitas	360	286	25,87
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	229	213	7,51
Custeio Administrativo dos Investimentos	84	37	127,03
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1	1	0,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	46	35	31,43
2. Despesas Administrativas	247	166	48,80
2.1. Administração Previdencial	166	130	27,69
2.1.1. Despesas Comuns	149	115	29,57
2.1.2. Despesas Específicas	17	15	13,33
Serviços de terceiros	16	14	14,29
Tributos	1	1	0,00
2.2. Administração dos Investimentos	81	36	125,00
2.2.1. Despesas Comuns	57	35	62,86
2.2.2. Despesas Específicas	24	1	2.300,00
Serviços de terceiros	22	-	100,00
Despesas gerais	1	-	100,00
Tributos	1	1	0,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	17	13	30,77
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	96	107	(10,28)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	96	107	(10,28)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	387	291	32,99

QUADRO 43 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-Metrô-DF

PLANO CD-05

DESCRIÇÃO	R\$ mil
	Exercício 2017
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	41
1.1. Receitas	41
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	34
Custeio Administrativo dos Investimentos	6
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1
2. Despesas Administrativas	7
2.1. Administração Previdencial	1
2.1.1. Despesas Comuns	-
2.1.2. Despesas Específicas	1
Serviços de terceiros	1
2.2. Administração dos Investimentos	6
2.2.1. Despesas Comuns	1
2.2.2. Despesas Específicas	5
Serviços de terceiros	5
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	2
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	32
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	32
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	32

QUADRO 44 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Plano CD-05

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT

A Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, define que as provisões técnicas: “Representam a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios das EFPCs”.

PLANO BD-01

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.934.853	1.813.942	6,67
1. Provisões Matemáticas	1.846.181	1.767.693	4,44
1.1. Benefícios Concedidos	1.159.595	1.005.420	15,33
Benefício Definido	1.159.595	1.005.420	15,33
1.2. Benefício a Conceder	818.227	893.294	(8,40)
Benefício Definido	818.227	893.294	(8,40)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(131.641)	(131.021)	0,47
(-) Serviço passado	(292)	(291)	0,34
(-) Participantes	(292)	(291)	0,34
(-) Déficit equacionado	(131.349)	(130.730)	0,47
(-) Patrocinador(es)	(65.674)	(65.365)	0,47
(-) Participantes	(4.464)	(5.883)	(24,12)
(-) Assistidos	(61.211)	(59.482)	2,91
2. Equilíbrio Técnico	80.327	35.948	123,45
2.1. Resultados Realizados	80.327	35.948	123,45
Superávit técnico acumulado	80.327	35.948	123,45
Reserva de contingência	80.327	35.948	123,45
3. Fundos	3.250	2.941	10,51
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	3.250	2.941	10,51
4. Exigível Operacional	3.546	3.439	3,11
4.1. Gestão Previdencial	3.529	3.425	3,04
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	17	14	21,43
5. Exigível Contingencial	1.549	3.921	(60,49)
5.1 Gestão Previdencial	896	3.622	(75,26)
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	653	299	118,39

QUADRO 45 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano BD-01

PLANO CD-02

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	58.774	49.010	19,92
1. Provisões Matemáticas	58.407	48.733	19,85
1.1. Benefícios Concedidos	6.251	2.469	153,18
Contribuição Definida	6.251	2.469	153,18
1.2. Benefício a Conceder	52.156	46.264	12,74
Contribuição Definida	52.156	46.264	12,74
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	25.484	22.661	12,46
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	26.672	23.603	13,00
2. Fundos	234	126	85,71
2.1. Fundos Previdenciais	234	126	85,71
3. Exigível Operacional	133	151	(11,92)
3.1. Gestão Previdencial	133	151	(11,92)

QUADRO 46 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-02

PLANO CV-03

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	250.145	198.955	25,73
1. Provisões Matemáticas	237.912	189.889	25,29
1.1. Benefícios Concedidos	4.447	4.050	9,80
Benefício Definido	4.447	4.050	9,80
1.2. Benefício a Conceder	233.465	185.839	25,63
Contribuição Definida	226.965	179.590	26,38
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	101.878	79.878	27,54
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	125.087	99.712	25,45
Benefício Definido	6.500	6.249	4,02
2. Equilíbrio Técnico	1.936	553	250,09
2.1. Resultados Realizados	1.936	553	250,09
Superávit técnico acumulado	1.936	553	250,09
Reserva de contingência	1.936	553	250,09
3. Fundos	9.987	8.228	21,38
3.1. Fundos Previdenciais	9.675	7.997	20,98
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	312	231	35,06
4. Exigível Operacional	310	285	8,77
4.1. Gestão Previdencial	304	283	7,42
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6	2	200,00

QUADRO 47 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CV-03

PLANO CD-Metrô-DF

			R\$ mil
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	Exercício 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	23.572	14.732	60,01
1. Provisões Matemáticas	23.445	14.650	60,03
1.2. Benefício a Conceder	23.445	14.650	60,03
Contribuição Definida	23.445	14.650	60,03
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	10.664	6.678	59,69
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	12.781	7.972	60,32
2. Fundos	82	46	78,26
2.1. Fundos Previdenciais	80	45	77,78
2.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	2	1	100,00
3. Exigível Operacional	45	36	25,00
3.1. Gestão Previdencial	44	36	22,22
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	-	100,00

QUADRO 48 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-Metrô-DF

PLANO CD-05

		R\$ mil
DESCRIÇÃO	Exercício 2017	
Provisões Técnicas (1+2+3)	847	
1. Provisões Matemáticas	837	
1.2. Benefício a Conceder	837	
Contribuição Definida	837	
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	397	
Saldo de Contas – parcela participantes Benefício Definido	440	
2. Fundos	2	
2.1. Fundos Previdenciais	2	
3. Exigível Operacional	8	
3.1. Gestão Previdencial	8	

QUADRO 49 – Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – Plano CD-05

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para visualizar a íntegra das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 2017, [clique aqui](#).

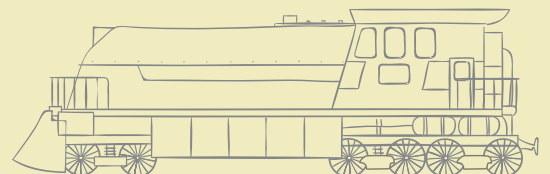
9. PARECERES E MANIFESTAÇÕES

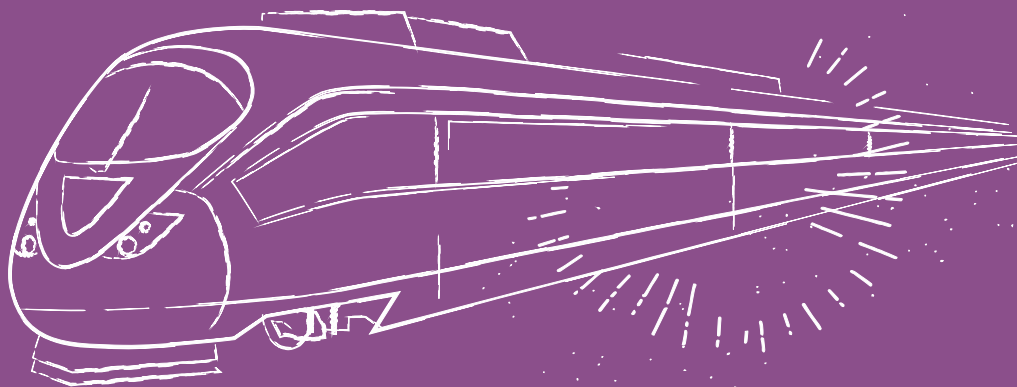
Paisagem

☀️ Paisagem é o que os nossos sentidos depreendem da parte de um espaço, às sensações que um local nos transmite.




SOB OS OLHARES ATENTOS, NOSSO DESEMPENHO É ACOMPANHADO E AVALIADO CONSTANTEMENTE PELOS CONSELHOS, ATUÁRIOS E AUDITORES.





*Os resultados alcançados é a nossa estação Futuro Tranquilo!
A atuação dos órgãos de governança da REGIUS,
a emissão do parecer atuarial dos Planos, a análise
dos resultados pelos auditores independentes,
o posicionamento do Conselho Fiscal e a
manifestação do Conselho Deliberativo são paisagens
que dão o entusiasmo para novos desafios.*



Em 2018, tanto os auditores independentes quanto os órgãos estatutários da REGIUS aprovaram as demonstrações contábeis da Entidade sem ressalvas, ou seja, não foram feitos registros de ressalvas e ênfase. As contas estão em conformidade com as normas vigentes. A seguir estão transcritos os pareceres e atas que evidenciam a aprovação das contas.

AUDITORIA INDEPENDENTE



Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada (“REGIUS”, “Fundação” ou “Entidade”), que compreendem os balanços patrimoniais consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela REGIUS, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 30 de março de 2017, sem modificação na opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 09 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF
Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S - DF



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2017 do Plano de Benefícios BD-01 administrado pela REGIUS, o qual é constituído na modalidade de Benefício Definido, tal como definido no art. 2º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

São patrocinadoras do referido plano o Banco de Brasília – BRB e a própria REGIUS.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios BD-01 estão posicionados em novembro de 2017 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled por sexo;
- Rotatividade: 0%; e
- Não foi utilizada a hipótese de gerações futuras.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante

- o Participantes assistidos: dados dos dependentes informados em cadastro; e
- o Participantes ativos: família média padrão REGIUS.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 5,61%
- Projeção de crescimento real anual dos salários: 0%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: 0,00%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: 0,00%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - o Salários: 100,00%
 - o Benefícios do RGPS: 100,00%
 - o Benefícios do plano: 100,00%

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização (método Idade Normal de Entrada): suplementações de aposentadoria, reversões, pensões, pecúlio por morte, benefício proporcional e portabilidade.

Não houve alterações nas hipóteses atuariais em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2016.

Todas as hipóteses adotadas estão de acordo com as disposições da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e foram selecionadas em função dos resultados dos testes de adequação realizados por esta consultoria, em conformidade com a Resolução CNPC nº 09/2012 e IN nº 23/2015. Com relação à taxa de juros, foi elaborado um estudo de adequação demonstrando a convergência entre a rentabilidade esperada para os investimentos e o valor da taxa de juros a ser usada como hipótese na avaliação atuarial, cujas informações foram fornecidas pelo AETQ da entidade.

Os testes de aderência se encontram em poder da entidade e tiveram como resultados conclusivos a possibilidade de manutenção das mesmas hipóteses adotadas na avaliação de 31/12/2016. Os estudos de aderência foram aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da entidade, com a recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios de manutenção das hipóteses da avaliação anterior.

Embora o resultado da análise da mortalidade tenha revelado que as tábuas em uso continuam a apresentar menores desvios em relação aos eventos observados, identificou-se, da mesma forma que em anos anteriores, que as quantidades esperadas de óbitos pela tábua AT-2000 situam-se em patamar superior ao que vem ocorrendo, embora o número médio de óbitos nos últimos cinco anos tenha experimentado crescimento, passando de 34 para 44, evidenciando um crescimento na taxa de mortalidade e uma aproximação com os resultados esperados pela tábua em uso. Tal comportamento nos levou a recomendar a manutenção da tábua e a verificação, mediante estudo a ser elaborado em 2018, da necessidade de suavização da tábua de mortalidade.

As tábuas de mortalidade de inválidos também apresentaram discrepâncias em relação à quantidade de eventos ocorridos, evidenciando que a quantidade de obtidos de inválidos ocorrida no período analisado ficou inferior à quantidade esperada. Todavia a tábua em uso é que apresentou melhor aproximação, sendo que nossa recomendação é pela manutenção da tábua e a elaboração de estudo, em 2018, que verifique, de forma detalhada, as condições de invalidez dos assistidos do plano de benefícios, de forma a se verificar a aplicabilidade de uma tábua de mortalidade de válidos para esse grupo

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento Idade Normal de Entrada vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios BD-01 está estruturado na modalidade de Benefício Definido, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2017 e abaixo reproduzidas.

Rubrica	Valores em R\$
Ativo Total:	1.989.349.187,18
Exigível Operacional:	(-) 3.545.597,67
Exigível Contingencial:	(-) 1.549.492,29
Fundos:	(-)57.745.657,48
Ativo Líquido do Plano:	1.926.508.439,74

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2017, era composto da seguinte forma:

Rubrica	2016	2017
Benefícios Concedidos	1.005.420.301,31	1.159.594.984,84
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.304.047.917,82	1.508.969.340,88
Contrib. da Patroc. sobre os benefícios	(147.020.168,71)	(172.322.228,93)
Contrib. dos Partic. sobre os benefícios	(151.607.447,80)	(177.052.127,11)
Benefícios a Conceder	893.294.092,85	818.226.945,60
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.306.177.970,71	1.183.111.215,66
Contrib. da Patroc. sobre os benefícios	(171.948.093,80)	(156.114.114,07)
Contrib. dos Partic. sobre os benefícios	(171.979.768,61)	(156.146.480,56)
Outras Contribuições da Geração Atual	(68.956.015,45)	(52.623.673,43)
Reservas a amortizar	(131.021.498,33)	(131.640.697,24)
Reservas Matemáticas Totais	1.767.692.895,83	1.846.181.233,20

As provisões matemáticas de benefícios concedidos aumentaram 15,33% em decorrência das variações normais no plano, fruto dos reajustes de benefícios e do custo dos juros atuariais, bem como das novas concessões de benefícios ocorridas durante 2017 e decresceram pelos pagamentos de benefícios ocorridos no exercício.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram uma redução de 8,40% decorrente das variações observadas no salário de benefício dos participantes ativos do plano de benefícios, dos custos dos juros sobre as reservas matemáticas, da aquisição de novos créditos na acumulação dessas reservas e das alterações cadastrais decorrentes das aposentadorias e pensões concedidas no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas experimentaram uma elevação de 4,44% no período, estando compatível com o crescimento esperado, abaixo da meta atuarial composta pela variação do IPCA e juros atuariais de 5,61%a.a..

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em 31/12/2017, não existiam fundos previdenciais registrados na contabilidade do plano de benefícios, estando registrado tão somente o fundo administrativo no montante de R\$ 54.496.009,09, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e o fundo de investimentos destinado à quitação de empréstimos, cujo saldo era de R\$ 3.249.648,39.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de um superávit atuarial de R\$ 80.327.206,54, que representa 4,35% das provisões matemáticas totais.

Ao se comparar a situação atuarial em 31/12/2017 com aquela registrada em 31/12/2016, cujo superávit era de R\$ 35.948.401,46, observa-se que houve no exercício uma melhora no resultado atuarial, tendo o resultado positivo aumentado em 123,45%.

Tendo em vista que não houve modificações nas hipóteses atuariais entre as duas avaliações, as causas mais prováveis de variação do resultado podem ser atribuídas às alterações cadastrais ocorridas no período, bem como ao desempenho patrimonial em 2017, cuja rentabilidade nominal foi de 10,20% sendo, portanto, superior à meta atuarial do plano, que em 2017 foi de 8,57%, considerando-se que o IPCA de dezembro/2016 a novembro/2017 apresentou variação de 2,80% e que a taxa de juros do plano em 2017 foi de 5,61% a.a..

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Tendo em vista os comentários feitos anteriormente, nosso entendimento é que a situação em que o plano se apresenta é conjuntural, uma vez que o mesmo foi consequência do desempenho dos investimentos no exercício findo.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

O plano de benefícios não apresentou déficit atuarial nesta avaliação, tendo registrado superávit.

Em conformidade com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios deverá ser destinado à constituição de reserva de contingência até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir, ou até o limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite da Reserva de Contingência = $10\% + (1\% \times \text{duração do passivo}) \times \text{Provisão Matemática}$, limitado a 25% dessa mesma provisão.

A duração do passivo, calculada para este plano de benefícios com base nos fluxos da avaliação de 31/12/2017, foi de 11,45 anos, calculada usando-se a planilha disponibilizada pela PREVIC, que aplicada na fórmula anterior resulta no seguinte Limite da Reserva de Contingência:

Limite da Reserva de Contingência: $\text{Menor}[(10\% + 11,45\%); 25\%] \times \text{R\$ } 1.846.181.233,20 = \text{R\$ } 396.005.874,52$.

Portanto, o superávit atuarial registrado na data desta avaliação deverá ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2017, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-participação.

Benefícios	31/12/2016	31/12/2017
Aposentadorias	8,60%	8,62%
Aposentadorias por invalidez	1,44%	1,44%
Pensão por morte	0,17%	0,17%
Pecúlio	0,14%	0,14%
Despesas administrativas	0,77%	0,77%
Ajuste do plano	8,17%	8,19%
Custo total	19,29%	19,33%

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

O plano de custeio a vigorar em 2018 é o mesmo vigente em 2017.

As contribuições dos participantes ativos e auto-patrocinaados são definidas em regulamento, sendo representadas pela tabela abaixo:

Faixa salarial (em URPB01)	Alíquota sobre o Salário real de contribuição (%)
Até 5,036961	3,00%
de 5,036962 a 10,073889	5,00%
de 10,073890 a 43,214281	12,00%

Valor da URPB01 em 31/12/2017: R\$ 535,96.

A contribuição das patrocinadoras será paritária em relação às dos participantes ativos.

Além das contribuições calculadas pela aplicação da tabela acima, os assistidos pagarão contribuição de 15% sobre os valores dos benefícios, sendo paritária em relação à patrocinadora, exceto para os assistidos que integram o processo nº 017831-0/2002, cuja sentença determinou que a contribuição sobre os benefícios seja de 10%, sendo a parte patronal igual a 20%.

Os participantes assistidos em regime especial, recebedores do Benefício Proporcional Diferido pagarão contribuições normais de 10% sobre o valor de seus benefícios e para este grupo não há a previsão de contribuição do patrocinador.

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

Discriminação	Base de aplicação	Plano BD-01	
		Participante	Patrocinador
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	4,00%	4,00%
	Contribuição adicional	-0-	-0-
Participantes Assistidos	Contribuição previdencial normal	4,00%	4,00%
	Valor da renda mensal	-0-	-0-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Contribuição previdencial normal	4,00%	-0-
	Valor da renda mensal	-0-	-0-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	4,00%	-0-
	Salário de contribuição	-0-	-0-
Participantes ativos em regime especial- (espera de BPD) e Participantes	Reserva de poupança	0,023%	-0-
	Fundo individual	-0-	-0-
Pensionistas	Valor da pensão mensal	0,63%	-0-
Beneficiários de participantes assistidos em regime especial	Valor da renda mensal	0,63%	-0-

O plano de custeio constituir-se-á, ainda, de contribuições para o equacionamento de déficits passados, cujas alíquotas são as seguintes:

Contribuinte	Previdenciária
Ativos	1,60%
Aposentados	2,64%
Aposentados Diferidos	1,75%
Pensionistas	0,23%
Patrocinadora Ativos	1,60%
Patrocinadora Aposentados	2,64%

Os participantes assistidos amparados pela decisão judicial (Processo nº 017831-0/2002), pagarão contribuição para equacionamento do déficit de 1,76% e a patrocinadora arcará com 3,52% para o patrocinador.

DÍVIDAS CONTRATADAS

Não há dívidas contratadas com as patrocinadoras em 31/12/2017.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

As Provisões Matemáticas a Constituir registram R\$ 131.640.697,24 relativo a joias a amortizar de assistidos referentes a inclusão de dependentes, no montante de R\$ 292.096,10 e contribuições para equacionamento de déficits no valor de R\$ 131.348.601,14.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios por ser constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

O plano de benefícios apresentou suficiência de cobertura do grupo de custeio.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação informado pela EFPC relativo ao plano BD-01 alcançou o montante positivo de R\$ 101.655.072,26 e, tendo em vista que o plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, com integral destinação para a reserva de contingência, o ajuste de precificação não tem efeitos em relação aos resultados da avaliação atuarial sob comento, pois conforme a Instrução Previc nº 19/2015¹, bem como a resolução CGPC nº 26/2008², referido ajuste somente pode ser utilizado para revisão de plano de benefícios e, portanto, não se aplica aos resultados da presente avaliação atuarial.

Ainda conforme o art. 10 da Instrução Previc nº 19/2015, em caso de superávit, apenas os ajustes negativos poderão ser utilizados.

Lembramos, ainda, que os títulos utilizados no ajuste de precificação devem atender aos requisitos constantes do art. 9º da mencionada Instrução, em especial no que diz respeito à sua manutenção até o vencimento.

Segundo a planilha de cálculo da precificação elaborada pela Previc que nos foi enviada pela entidade, constatamos que os títulos elencados cumpriram os requisitos necessários à análise do ajuste de precificação.

¹Art. 10, §2º.

²Art. 11-A.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios BD-01 apresenta-se equilibrada em termos atuariais, com um pequeno superávit atuarial que representa 4,35% das provisões matemáticas, devendo ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 16 de fevereiro de 2018.


Antonio Mario Rattes de Oliveira
NIBA 1.162

PARECER ATUARIAL – PLANO CD-02



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2017 do Plano de Benefícios CD-02, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Definida, tal como definido no art. 3º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano é patrocinado pelo BRB – Banco de Brasília S/A e pela Regius-Sociedade Civil de Previdência Privada.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios

CD-02 estão posicionados em novembro de 2017 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: não aplicável;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável;
- Rotatividade: não aplicável.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50% a.a.
- Projeção de crescimento real anual dos salários: não aplicável;
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: não aplicável
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: não aplicável
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - o Salários: não aplicável
 - o Benefícios do RGPS: não aplicável
 - o Benefícios do plano: não aplicável

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2016, foram mantidas as demais hipóteses atuariais, uma vez que estão adequadas à massa de participantes e compatíveis com a realidade econômica, financeira, previdencial, laboral e biométrica do plano.

Conforme estabelece o art. 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos é exigida para os planos que possuam obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido.

Dessa forma, o plano sob comento não está obrigado a elaborar estudo de adequação das hipóteses atuariais.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CD-02 está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2017 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	59.385.014,20
Exigível Operacional:	(-) 133.272,68
Exigível Contingencial:	(-) 0,00
Fundos :	(-) 844.418,29
Ativo Líquido do Plano:	58.407.323,23

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2017, era composto da seguinte forma:

<u>Rubrica</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>
Exigível atuarial:	48.733.470,00	58.407.323,23
Provisões matemáticas:	48.733.470,00	58.407.323,23
Benefícios concedidos:	2.469.589,46	6.251.156,18
Benefícios a conceder:	46.263.880,54	52.156.167,05
Benefícios do plano com a geração atual:	46.263.880,54	52.156.167,05
Outras contribuições da geração atual:	0,00	0,00

O expressivo aumento ocorrido nas provisões matemáticas de benefícios concedidos decorre da rentabilização dos saldos de contas, do pagamento de benefícios ao longo do exercício e da concessão de novos benefícios.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 12,74% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais.

A rentabilidade do plano, em 2017, foi de 8,91%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Está registrado no fundo administrativo o montante de R\$ 610.649,21, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e no Fundo de Reversão o montante de R\$ 233.769,08.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio atuarial, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O plano de benefícios não apresentou resultados e, portanto, não há comentários a fazer em relação à natureza do resultado.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Não há déficit atuarial no plano de benefícios.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2017, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como percentagem do salário-de-participação.

Benefícios	31/12/2016	31/12/2017
Aposentadorias ¹	10,57%	9,39%
Despesas administrativas	0,21%	0,22%
Custo total	10,78%	9,61%

1 – O custo das aposentadorias representa o percentual médio da contribuição de participante e patrocinadora obtido a partir das contribuições informadas no cadastro de novembro de 2017. Essa média corresponde à divisão do montante de contribuições pelo montante de salários.

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Participantes	
Contribuição normal	Mínimo 2%, incidente sobre o salário de contribuição do Plano BD-01
Contribuição facultativa	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição normal	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 6%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

Discriminação	Base de aplicação	Plano CD-02	
		Participante	Patrocinador
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	2,00%	2,00%
	Contribuição facultativa	2,00%	2,00%
Participantes Assistidos	Valor da renda mensal	0,30%	-0-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Valor da renda mensal	0,30%	-0-

Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	2,00%	-0-
Participantes ativos em regime especial- (espera de BPD) e Participantes desligados (com reserva a resgatar)	Saldo de conta resgatável em 31/12/2017	0,008%	-0-

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2017, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto a riscos atuariais.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

Não há recomendações nesta data para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 16 de fevereiro de 2018.


Antonio Mario Rattes de Oliveira
MIBA 1.162



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2017 do Plano de Benefícios CV-03, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Variável, tal como definido na Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

São Patrocinadoras do Plano o BRB - Banco de Brasília S/A, a REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada, a Cartão BRB S/A e a BRB Administradora e Corretora de Seguros.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios CV-03 estão posicionados em novembro de 2017 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 por sexo suavizada em 10%, sendo utilizada internamente pelo programa de cálculo uma tábua unissex elaborada a partir das tábuas por sexo e da proporção entre homens e mulheres em cada idade observada na base de dados da avaliação atuarial;
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Rotatividade: 2,03%; e

- Não foi utilizada a hipótese de gerações futuras.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante
 - o Participantes assistidos: dados dos dependentes informados em cadastro; e
 - o Participantes ativos: família média padrão REGIUS.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50%
- Projeção de crescimento real anual dos salários: 2,50%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: 0,00%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: 0,00%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - o Salários: 100,00%
 - o Benefícios do RGPS: 100,00%
 - o Benefícios do plano: 100,00%

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual, para as aposentadorias programadas. Para as aposentadorias por invalidez e pecúlios foi utilizado o método de Idade Normal de Entrada. As despesas administrativas são avaliadas pelo regime financeiro de Repartição Simples.

Em relação a 31/12/2016, foram alteradas as premissas de rotatividade, de 2,60% para 2,03%, e de crescimento real dos salários, de 2,92% para 2,50%.

Todas as hipóteses adotadas estão de acordo com as disposições da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e foram selecionadas em função dos resultados dos testes de adequação realizados por esta consultoria, em conformidade com a Resolução CNPC nº 09/2012 e IN nº 23/2015. Com relação à taxa de juros, foi elaborado um estudo de adequação demonstrando a convergência entre a rentabilidade esperada para os investimentos e o valor da taxa de juros a ser usada como hipótese na avaliação atuarial, cujas informações foram fornecidas pelo AETQ da entidade.

Os estudos de aderência foram aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da entidade, com a recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios de manutenção das hipóteses da avaliação anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CV-03 está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2017 e abaixo reproduzidas.

Rubrica	Valores em R\$
Ativo Total:	256.220.000,76
Exigível Operacional:	(-) 309.846,94
Exigível Contingencial:	(-) 0,00
Fundos :	(-)16.061.860,85
Ativo Líquido do Plano:	239.848.292,97

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017
Exigível atuarial:	189.889.434,48	237.911.697,89
Provisões matemáticas:	189.889.434,48	237.911.697,89
Benefícios concedidos:	4.049.855,34	4.446.923,62
Benefícios a conceder:	185.839.579,14	233.464.774,27
Benefícios do plano com a geração atual:	196.568.020,31	244.564.180,11
Outras contribuições da geração atual:	(10.728.441,17)	(11.099.405,84)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos aumentaram 9,80% em decorrência das variações normais no plano, fruto dos reajustes de benefícios e do custo dos juros atuariais, mas principalmente das concessões de benefícios ocorridas durante 2017.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 25,63% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais, bem como dos crescimentos salariais ocorridos entre as duas avaliações atuariais e que refletiram na elevação das provisões matemáticas dos benefícios de risco.

As provisões matemáticas totais aumentaram 25,29%.

A rentabilidade do plano, em 2017, foi de 10,56%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em 31/12/2017, o plano contava com o montante de R\$ 16.061.860,85, distribuídos da seguinte forma:

Fundos	2016	2017
Fundo Garantidor de Riscos Previdenciais	7.996.695,23	9.674.729,61
Fundo Coletivo de Riscos	0,00	0,00
Participação no Fundo Administrativo PGA	5.148.793,56	6.075.296,71
Fundo de Garantia de Empréstimos	230.898,95	311.834,53
Total	13.376.387,74	16.061.860,85

As regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais estão especificadas no regulamento do plano de benefícios e na nota técnica atuarial.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio, sendo registrado um pequeno superávit de R\$ 1.936.595,08.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O resultado apresentado pelo plano de benefícios é consequência de fatores estruturais inerentes à modalidade do plano de benefícios.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

O plano de benefícios não apresentou déficit atuarial nesta avaliação, tendo registrado superávit.

Em conformidade com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário do plano de benefícios deverá ser destinado à constituição de reserva de contingência até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir, ou até o limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite da Reserva de Contingência = $10\% + (1\% \times \text{duração do passivo}) \times \text{Provisão Matemática}$, limitado a 25% dessa mesma provisão.

A duração do passivo, calculada para este plano de benefícios com base nos fluxos da avaliação de 31/12/2017, foi de 15,46 anos, calculada usando-se a planilha disponibilizada pela PREVIC, que aplicada na fórmula anterior resulta no seguinte Limite da Reserva de Contingência:

Limite da Reserva de Contingência: $\text{Menor}[(10\% + 15,46\%); 25\%] \times \text{R\$ } 10.946.569,08 = \text{R\$ } 2.736.642,27$.

Portanto, o superávit atuarial registrado na data desta avaliação deverá ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2017, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-participação, sendo que os custos dos benefícios de aposentadorias programadas expressam as taxas médias de contribuição para benefícios programados.

Benefícios	31/12/2016	31/12/2017
Aposentadorias	13,12%	13,19%
Aposentadorias por invalidez	0,37%	0,36%
Pecúlio por morte	0,03%	0,04%
Despesas administrativas	0,61%	0,61%
Custo total	14,13%	14,20%

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Participantes	
Contribuição básica	Mínimo 6%
Contribuição adicional	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição básica	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 8%
Contribuição para benefícios de risco	0,40%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

Discriminação	Base de aplicação	Plano CV-03	
		Participante	Patrocinador
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	4,28/%	4,28%
	Contribuição adicional	4,28%	-0-
Participantes Assistidos	Contribuição previdencial normal	-0-	-0-
	Valor da renda mensal	0,68%	-0-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Contribuição previdencial normal	-0-	-0-
	Valor da renda mensal	0,68%	-0-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	4,28%	-0-
	Salário de contribuição	0,68%	-0-
Participantes ativos em regime especial- (espera de BPD) e Participantes	Reserva de poupança	-0-	-0-
	Fundo individual	0,024%	-0-
Pensionistas	Valor da pensão mensal	-0-	-0-
Beneficiários de participantes assistidos em regime especial	Valor da renda mensal	-0-	-0-

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2017, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios por ser constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas e da

utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

O plano de custeio não apresentou insuficiências atuariais.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação informado pela EFPC relativo ao plano CV-03 alcançou o montante positivo de R\$ 2.638.118,88 e, tendo em vista que o plano de benefícios apresentou resultado atuarial superavitário, com integral destinação para a reserva de contingência, o ajuste de precificação não tem efeitos em relação aos resultados da avaliação atuarial sob comento, pois conforme a Instrução Previc nº 19/2015³, bem como a resolução CGPC nº 26/2008⁴, referido ajuste somente pode ser utilizado para revisão de plano de benefícios e, portanto, não se aplica aos resultados da presente avaliação atuarial.

Ainda conforme o art. 10 da Instrução Previc nº 19/2015, em caso de superávit, apenas os ajustes negativos poderão ser utilizados.

Lembramos, ainda, que os títulos utilizados no ajuste de precificação devem atender aos requisitos constantes do art. 9º da mencionada Instrução, em especial no que diz respeito à sua manutenção até o vencimento.

Segundo a planilha de cálculo da precificação elaborada pela Previc que nos foi enviada pela entidade, constatamos que os títulos elencados cumpriram os requisitos necessários à análise do ajuste de precificação.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas e registrado um pequeno superávit atuarial que deverá ser integralmente destinado à constituição de reserva de contingência.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 16 de fevereiro de 2018.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
NIBA 1.162

³Art. 10, §2º.

⁴Art. 11-A.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2017 do Plano de Benefícios CD-METRÔ-DF, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Definida, tal como definido no art. 3º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano é patrocinado pela Companhia do Metropolitan do Distrito Federal.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em novembro de 2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Conforme comentado, os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de Benefícios CD-METRÔ-DF estão posicionados em novembro de 2017 e avaliados por esta consultoria como de boa qualidade e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIME FINANCEIRO E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: não aplicável;
- Tábua de entrada em invalidez: não aplicável;
- Tábua de mortalidade de inválidos: não aplicável;
- Rotatividade: não aplicável.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 4,50%a.a.
- Projeção de crescimento real anual dos salários: não aplicável;

- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: não aplicável
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: não aplicável
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - o Salários: não aplicável
 - o Benefícios do RGPS: não aplicável
 - o Benefícios do plano: não aplicável

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização e método Capitalização Financeira Individual.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2016, foram mantidas as demais hipóteses atuariais, uma vez que estão adequadas à massa de participantes e compatíveis com a realidade econômica, financeira, previdencial, laboral e biométrica do plano.

Conforme estabelece o art. 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos é exigida para os planos que possuam obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido.

Dessa forma, o plano sob comento não está obrigado a elaborar estudo de adequação das hipóteses atuariais.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

CARACTERÍSTICAS DO PLANO

O Plano de Benefícios CD-METRÔ-DF está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, tal como preceitua a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2017 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>		<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:		23.958.711,96
Exigível Operacional:	(-)	45.101,70
Exigível Contingencial:	(-)	0,00
Fundos :	(-)	468.208,68
Ativo Líquido do Plano:		23.445.401,58

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial, em 31/12/2017, era composto da seguinte forma:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2017
Exigível atuarial:	14.650.404,25	23.445.401,58
Provisões matemáticas:	14.650.404,25	23.445.401,58
Benefícios concedidos:	0,00	0,00
Benefícios a conceder:	14.650.404,25	23.445.401,58
Benefícios do plano com a geração atual:	14.650.404,25	23.445.401,58
Outras contribuições da geração atual:	0,00	0,00

Não existem benefícios concedidos no plano.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram um crescimento de 60,03% decorrente da acumulação de contribuições e rentabilidades nos saldos de contas individuais.

A rentabilidade do plano, em 2017, foi de 9,05%.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Está registrado no fundo administrativo o montante de R\$ 386.698,45, referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e no Fundo de Reversão o montante de R\$ 79.547,94.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o ativo líquido do plano com o exigível atuarial, observa-se que a situação atuarial é de equilíbrio atuarial, sendo registrado um resultado nulo, conforme se espera que ocorra em planos de contribuição definida.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O plano de benefícios não apresentou resultados e, portanto, não há comentários a fazer em relação à natureza do resultado.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Não há déficit atuarial no plano de benefícios.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

O quadro seguinte resume os custos atuariais do plano de benefícios, em 31/12/2017, comparando-os com os custos da avaliação atuarial anterior. Todos os custos estão expressos como porcentagem do salário-de-contribuição.

Benefícios	31/12/2016	31/12/2017
Aposentadorias ¹	8,55%	8,60%
Despesas administrativas	0,26%	0,26%
Custo total	8,81%	8,86%

1 – O custo das aposentadorias representa o percentual médio da contribuição de participante e patrocinadora obtido a partir das contribuições informadas no cadastro de novembro de 2017. Essa média corresponde à divisão do montante de contribuições pelo montante de salários.

PLANO DE CUSTEIO

O plano de benefícios possui apenas um grupo de custeio, para o qual se sugere o seguinte plano de custeio.

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018

Participantes	
Contribuição normal	Mínimo 3%
Contribuição facultativa	Livre escolha
Patrocinadoras	
Contribuição normal	Paritária com a contribuição do participante, mas limitada a 4%

Para custeio administrativo do plano de benefícios, propõe-se a seguinte estrutura, conforme consta do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa-PGA.

Discriminação	Base de aplicação	Plano CD-Metrô	
		Participante	Patrocinador
Participantes Ativos	Contribuição previdencial normal	3,00%	3,00%
	Contribuição facultativa	3,00%	-0-
Participantes Assistidos	Valor da renda mensal	0,45%	-0-
Participantes assistidos em regime especial (BPD)	Valor da renda mensal	0,45%	-0-
Participantes auto-patrocinados	Contribuição previdencial mensal	3,00%	-0-

Participantes ativos em regime especial- (espera de BPD) e Participantes desligados (com reserva a resgatar)	Saldo de conta resgatável em 31/12/2017	0,012%	-0-
---	---	--------	-----

DÍVIDAS CONTRATADAS

Em 31/12/2017, não existiam dívidas contratadas.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Não há provisões matemáticas a constituir.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não está exposto a riscos atuariais.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

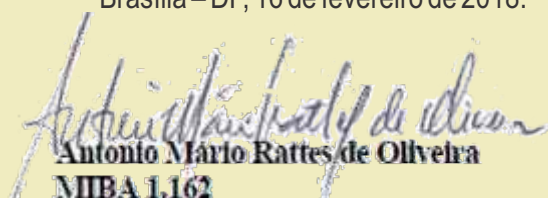
Não há recomendações nesta data para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio.

COMENTÁRIOS FINAIS

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas.

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 16 de fevereiro de 2018.


Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Em virtude da Portaria Previc nº 934, de 26/09/2017, houve a dispensa do envio do Demonstrativo Atuarial para Planos de Contribuição Definida que não tenham risco atuarial, conforme previsão contida em seu artigo 2º, transcrito a seguir: *“Os planos de benefícios constituídos na modalidade de contribuição definida cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas “Benefício Definido” do grupo de contas das provisões matemáticas estão dispensados da elaboração e encaminhamento das Demonstrações Atuariais - DA.”*

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Transcrição da ata da 386ª reunião, realizada em 21 de março de 2018.

“Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2018, às 13h30 (treze horas e trinta minutos), conforme convocação de 16/03/2018, reuniu-se o Conselho Fiscal da REGIUS, em segunda sessão, com a presença dos Conselheiros infra-assinados, para tratar do seguinte assunto: **CONTAS DA REGIUS – FECHAMENTO DO EXERCÍCIO-2017: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO/2017 – PARECERES ATUARIAIS – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE** – O Conselho Fiscal analisou a documentação que lhe foi encaminhada por meio da C.I-PRESI-2018/057, de 16/03/2018, pertinente as contas da REGIUS no fechamento do exercício de 2017, objeto do item 07 da ata da reunião 981ª da Diretoria Executiva, realizada em 09/03/2018, também disponibilizada a este Colegiado. Em conformidade com o inciso II do Art. 45 do Estatuto desta Entidade e consoante ao que estabelece a letra “j”, do item 17, do Anexo “C”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução PREVIC nº 025/2015, de 17/12/2015, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2017, consolidadas, individualizadas por Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da empresa *Vesting*, responsável técnica pelos Planos Previdenciários, bem assim pelo Parecer da Auditoria Independente emitido pela empresa *BDO RCS Auditores Independentes SS* para os Planos Previdenciários, este Conselho entende que as referidas demonstrações refletem a situação patrimonial e financeira da REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada e de seus planos, com os destaques nos seguintes pontos: I) No que se refere ao Parecer da Auditoria Independente o COFIS verificou que não há ênfases e/ou ressalvas no exercício de 2017, sendo que o Parecer da Auditoria Independente do exercício de 2016 citava ênfase relacionada à situação do Fundo Multiner. Tal ênfase registrada em 2016 demonstra a questão da desvalorização das cotas do referido Fundo. O Conselho salienta que a situação do referido Fundo não se equalizou em 2017, não havendo ênfase da Auditoria em 2017 em seu Parecer sobre o assunto, apesar de ser este um fato relevante. II) Este Conselho destaca, também, o parágrafo final do Parecer da Auditoria de 2017, que cita constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, que foram identificados no decorrer dos trabalhos realizados, e este Conselho Fiscal não foi informado das deficiências identificadas.”


RICARDO JOSÉ DUARTE RODRIGUES
Conselheiro-Presidente


DULCE DE MATOS CARPANEZ
Conselheira


SHIRLEY FONSECA SILVA
Conselheira


ÉLCIO FLÁVIO BRAGA
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Transcrição da ata da 541ª reunião, realizada em 27 de março de 2017.

“Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março de 2018, às 16 (dezesseis) horas, conforme convocação de 23/03/2018, reuniu-se o Conselho Deliberativo da REGIUS, presentes os Conselheiros infra-assinados, ocasião em que tratou do seguinte assunto: **CONTAS DA REGIUS - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO FINDO EM 31/12/2017: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO/2017 – PARECERES ATUARIAIS – PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE – PARECER DO CONSELHO FISCAL** – Por meio do expediente C.I-PRESI-2018/061, de 22/03/2018, a Diretoria Executiva encaminhou a este Conselho a documentação pertinente às contas da REGIUS no fechamento do exercício de 2017, inclusive o parecer do Conselho Fiscal, representado pela ata COFIS 386ª, de 21/03/2018. Em conformidade com o inciso XVI do Art. 26 do Estatuto desta Entidade de Previdência, e considerando o que estabelece a letra “k” do item 17 do Anexo “C” da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2017, consubstanciado pelas avaliações e respectivos pareceres atuariais da empresa *Atuarial – Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.*, responsável técnica pelo acompanhamento dos Planos de Benefícios administrados por este Fundo de Pensão, bem assim pelo Parecer da Auditoria Independente emitido pela empresa *BDO RCS Auditores Independentes SS* e pelo Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho deliberou, por unanimidade de seus membros, aprovar as referidas Demonstrações Financeiras, e registra que solicitou e obteve do auditor responsável pela Auditoria Independente manifestação que ampara a redação questionada no II destaque do Parecer do Conselho Fiscal, contido em sua ata 386ª.”


ROMES GONÇALVES RIBEIRO
Conselheiro-Presidente


JÂNIO DEODORO BRAGANÇA DE VASCONCELOS
Conselheiro


CARLOS CESAR BORGES
Conselheiro


NILZA RODRIGUES DE MORAIS
Conselheira


OZIRES LEAL BARBOSA
Conselheiro


WENDELL FEITOSA CASTRO
Conselheiro

EXPEDIENTE

PUBLICAÇÃO DA REGIUS – SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
SGAS QUADRA 902, ED. ATHENAS, BLOCO C, 2º ANDAR, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.390-020
TEL.: (61)30354400/WWW.REGIUS.ORG.BR/RELACIONAMENTO@REGIUS.ORG.BR

CONSELHO DELIBERATIVO

MEMBROS EFETIVOS

ROMES GONÇALVES RIBEIRO - PRESIDENTE
CARLOS CESAR BORGES
JÂNIO DEODORO BRAGANÇA VASCONCELOS
OZIREZ LEAL BARBOSA
NILZA RODRIGUES DE MORAIS
WENDELL FEITOSA CASTRO

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS

RICARDO JOSÉ DUARTE RODRIGUES - PRESIDENTE
ÉLCIO FLÁVIO BRAGA
DULCE DE MATOS CARPANEZ
SHIRLEY FONSECA SILVA

DIRETORIA EXECUTIVA

SEMÍRAMIS REZENDE E S. M. CEZAR
DIRETORA-PRESIDENTE

GIOVANNI DE ALMEIDA CARVALHO
DIRETOR FINANCEIRO

SANDRO SOARES DE SOUZA
DIRETOR DE BENEFÍCIOS E ADMINISTRAÇÃO

VALDECI CARNEIRO DA SILVA
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

PROJETO GRÁFICO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO
CREATIVE TEA CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO



SGAS 902 - ED. ATHENAS - BLOCO C - 2º ANDAR - 70390-020 - BRASÍLIA-DF
TEL.: 61-3035-4400 / WWW.REGIUS.ORG.BR / RELACIONAMENTO@REGIUS.ORG.BR